

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Cláudia Rocco

**Contribuições da teoria do amadurecimento de
D. W. Winnicott para o atendimento socioeducativo ao adolescente privado de
liberdade**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**SÃO PAULO
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Cláudia Rocco

**Contribuições da teoria do amadurecimento de
D. W. Winnicott para o atendimento socioeducativo ao adolescente privado de
liberdade**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Dr. Zeljko Loparic

**SÃO PAULO
2010**

Rocco, Cláudia

Contribuições da teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott para o atendimento socioeducativo ao adolescente privado de liberdade.

São Paulo, 2010.

101 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Dr. Zeljko Loparic

1. Winnicott, 2. Teoria do Amadurecimento Pessoal, 3. Adolescência, 4. Tendência anti-social, 5. Atendimento Socioeducativo

BANCA EXAMINADORA

Em memória do meu pai, Rogério Rocco.

À minha neta Marina.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Zeljko Loparic, pela confiança no meu trabalho e por sua generosidade em compartilhar comigo o seu saber. Seu espírito de pesquisador incansável estimula minha curiosidade científica.

Ao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP, na pessoa de sua presidente, Dra. Berenice Gianella, pelo espaço concedido à pesquisa e à reflexão, abrindo caminhos para a qualificação do trabalho com os adolescentes.

À Dra. Monica Moreira de Oliveira Braga Cukierkorn, da Fundação CASA-SP, profissional admirável que me honrou com sua participação no exame de qualificação, enriquecendo minha pesquisa com suas sugestões.

À Profa. Dra. Rosa Tosta, da Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, pela honra a mim concedida ao participar do exame de qualificação e por suas contribuições.

À Escola para Formação e Capacitação Profissional da Fundação CASA-SP, pela aprovação da pesquisa documental realizada no Núcleo de Documentação dos Adolescentes – NDA.

Ao Décio Perroni, da Fundação CASA, pelo entusiasmo e pela confiança.

À Profa. Dra. Elsa Dias, da Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana – SBPW, por ter-me mostrado os caminhos para o pensamento de Winnicott e a natureza humana.

Às Profas. Dra. Maria Cristina Vicentim, da PUC-SP, e Dra. Ariadne Rezende Engelberg de Moraes, da SBPW, pelo incentivo e pela participação nessa pesquisa.

À Profa. Dra. Roseana de Moraes Garcia, da SBPW, pelo carinho, pela escuta e pelas contribuições valiosas sobre a tendência antissocial na visão winnicottiana.

À querida Roseli Gouvêa, que um dia me disse que *os sonhos são possíveis*.

Às mulheres especiais Solange Camargo, Tânia Guimarães e Cláudia Dias Rosa.

Aos queridos amigos da EFCP, pelo incentivo, torcida e troca frutífera.

Ao Márcio Mazella, que compartilhou comigo momentos deste projeto.

À Rosi Oliveira, pelas contribuições dadas a este estudo.

Aos colegas de trabalho, que fizeram parte da minha trajetória profissional na Fundação CASA.

À minha mãe Celma Pacheco Rocco, pela vida, amor e dedicação.

Aos meus filhos Edgar, Bruno, Ana Paula e Gabriela, minha nora Maria Rita e nossa pequena Marina – sou muito feliz por existirem.

Ao querido Celso Pommerening, companheiro e amigo que com sua presença e estímulo me conduziu aos caminhos do mestrado.

A cada membro da extensa família Rocco, da qual me orgulho de fazer parte, pelo amor fraterno e solidário.

Aos meus pacientes, com quem sempre aprendo.

À Rosana Le Luciano, da SBPW, sempre presente com sua competência e profissionalismo.

À Patrícia Aparecida Rodrigues, Ricardo Cândido, Sueni e ao Edson Gil, pela colaboração na finalização do meu trabalho.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, espaço de reflexão, aprendizado e pesquisa científica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu minha caminhada acadêmica.

Às adolescentes da Fundação CASA-SP, em especial à adolescente “Lúcia”, por terem, com suas histórias de vida, ampliado minha visão de mundo e meu envolvimento com a socioeducação.

O nosso trabalho é sempre um ponto de encontro entre nós e as pessoas [...] o assunto de estudo é a intercomunicação entre mim e o paciente como uma pessoa especial, num encontro em termos igualitários, cada um ensinando o outro e enriquecendo-se com a experiência do envolvimento.

Winnicott

RESUMO

Esta pesquisa objetiva mostrar possibilidades e caminhos para a construção de um modelo de atendimento socioeducativo aos adolescentes autores de ato infracional, sob o regime de privação de liberdade, com base na Teoria do Amadurecimento Emocional de Donald Woods Winnicott. A compreensão teórica somada à experiência profissional acumulada durante seis anos prestando atendimentos psicológicos às adolescentes internas em uma unidade da Fundação CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - São Paulo/SP, instigaram a reflexão sobre o valor das idéias de Winnicott para a elaboração de um modelo de atendimento socioeducativo. Contextualizamos o lugar social dos adolescentes e as intervenções direcionadas às crianças e aos adolescentes enfatizando a mudança de paradigma: da Doutrina da Situação Irregular à Doutrina da Proteção Integral que hoje orienta o atendimento socioeducativo no país e no Estado de São Paulo. A apresentação da história de vida e vivência institucional de uma adolescente que cumpriu medida socioeducativa de internação na unidade da Fundação CASA/SP e o estudo do seu caso à luz da teoria winnicottiana, mostram que a Teoria do Amadurecimento de Winnicott fornece os elementos necessários para a futura construção de um modelo de atendimento socioeducativo que possa ser implantado em unidades da Fundação CASA/SP e/ou no contexto brasileiro, em instituições que atendam adolescentes com sentença judicial para cumprimento de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional.

Palavras-Chave: Winnicott, Teoria do Amadurecimento Pessoal, Adolescência, Tendência anti-social, Atendimento Socioeducativo

ABSTRACT

This research aims to show possibilities and ways to build a model of social-educational enforcement for adolescents who are an offender, under the regime of deprivation of liberty, based on the theory of emotional maturing of Donald Woods Winnicott. The theoretical understanding combined with the experience accumulated during the last six years providing psychological treatment for adolescents in internal unit of the Foundation CASA - Adolescent Socio-educational Enforcement Center - São Paulo / SP, prompted reflections on the value of Winnicott's ideas for the development of a model of social-educational enforcement. We contextualize the social place of adolescents and interventions targeted at children and teenagers by emphasizing the paradigm changing: the Doctrine of Irregular Situation to the Doctrine of Integral Protection who now directs the social-educational enforcement in the country and the state of São Paulo. The presentation of the life history and institutional life of a teenager girl who abide by social care into an CASA Foundation unit / SP and to study her case in light of Winnicott's theory show that the Winnicott's Maturing Theory provides the information necessary for future construction of a model of social-educational enforcement that can be implemented in units of the CASA Foundation / SP and / or in the Brazilian context in institutions that meet adolescents with a court decision to under admission an internal socio-educational measure in educational establishment.

Keywords: Winnicott's theory of personal development, adolescence, Trend anti-social, social and educational care, social-educational enforcement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I PANORAMA DA DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR À DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	17
1.1 Doutrina da Situação Irregular.....	17
1.2 Doutrina da Proteção Integral.....	22
1.3 D. W. WINNICOTT e a mudança paradigmática: Doutrina da Situação Irregular X Doutrina da Proteção Integral.....	28
CAPÍTULO II A TEORIA DO AMADURECIMENTO PESSOAL	31
2.1 O estágio da dependência absoluta.....	33
2.1.1 O ambiente facilitador - a mãe suficientemente boa..	34
2.1.2 A Primeira Mamada Teórica.....	35
2.2 Estágio da Dependência e Independência Relativas.....	38
2.2.1 Estágio de desilusão, desmame e início das funções mentais.....	39
2.2.2 A transicionalidade.....	40
2.2.3 O estágio do uso do objeto.....	41
2.2.4 Estágio do EU SOU.....	43
2.2.5 Mãe-objeto e Mãe-ambiente.....	44
2.2.6 Estágio do Concernimento.....	46
2.2.7 O Estágio Edípico.....	51
CAPÍTULO III ADOLESCÊNCIA	52
CAPÍTULO IV A TENDÊNCIA ANTISSOCIAL EM WINNICOTT	58
CAPÍTULO V APRESENTAÇÃO DE UM CASO: A HISTÓRIA DE LÚCIA	66
5.1 História do Internato.....	66
5.2 A Adolescente Lúcia.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

*“Nem toda estrada tem caminhos de volta...
Não posso mudar meu passado, mas, com meus
passos de hoje, se existir o amanhã...
com minhas capacidades,
construirei um futuro melhor.”*

Adolescente interna (16 anos)

Os atos infracionais praticados por adolescentes é questão que mobiliza e angustia a sociedade contemporânea. Frequentemente, a mídia propaga casos extremos de expressão da violência praticados por jovens frente aos quais nos sentimos perplexos e impotentes. Segundo Pinheiro (2006, p. 30), “[a]s imagens, veiculadas pela mídia eletrônica e impressa e pela cinematografia nacional, revelam, com cores muito fortes a presença, nas metrópoles brasileiras, de crianças e adolescentes no mundo da delinquência [...]”, o autor afirma ainda que, “nada consola sabermos que o Brasil não está isolado nessa situação”. (id. p. 15)

Além da incontestável relevância social, minha experiência profissional de nove anos atuando no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente do Estado de São Paulo-Fundação CASA/SP,¹ inicialmente trabalhando durante seis anos em uma unidade de internação feminina² realizando acompanhamento psicológico para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade; hoje, atuo como formadora na Escola para Formação e Capacitação Profissional (EFCP) da Fundação CASA.

A experiência profissional na unidade feminina gerou a inquietação necessária para um primeiro estudo,³ realizado no ano de 2004. Esta pesquisa foi, sem dúvida, a força geradora para prosseguir nesta linha de trabalho.

¹ A FEBEM foi criada pela Lei Estadual nº 185, de 12 de dezembro de 1974 e é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas no Estado de São Paulo. A Lei Estadual nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006, altera a denominação da instituição de Fundação Estadual do Bem Estar do Menor para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA – SP, vinculada à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

² Unidade anteriormente denominada Internato Feminino Mooca e, atualmente, UI/UIP Chiquinha Gonzaga (Unidade de Internação e Unidade de Internação Provisória).

Para esclarecimentos sobre as diferentes medidas cf. ECA artigos 108 e 122.

³ Cf. ROCCO (2004), estudo não publicado, acessível na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

Essas considerações justificam este estudo cujo objetivo é contribuir com elementos para a futura construção de um modelo de atendimento socioeducativo sistematizado. O propósito é buscar um melhor encaminhamento para o atendimento ao adolescente autor de ato infracional que cumpre medida socioeducativa de privação de liberdade em unidade da Fundação CASA-SP.

Esta pesquisa parte do rastreamento bibliográfico da obra winnicottiana e seus contemporâneos sendo este o embasamento teórico para sustentação da prática. A escolha perpassa pela importância da teoria do amadurecimento de Winnicott para a compreensão da natureza humana e do papel do ambiente no processo de amadurecimento emocional humano, e é acrescida pelo relato de um atendimento socioeducativo em uma unidade de internação de adolescentes que cometeram ato infracional.

Dada a pertinência para os objetivos propostos nesta pesquisa, além das referências winnicottianas, empreendemos esforços no sentido de apresentar, brevemente, ao leitor, as diretrizes, normativas, nacionais e internacionais, e legislações que norteiam o atendimento socioeducativo ao adolescente autor de ato infracional.

O Brasil adotou, a partir do artigo 227 da nova Constituição de 1988, a Doutrina Jurídica de Proteção Integral ao segmento infanto-juvenil, cuja referência legal é a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de Dezembro de 1948. Assim, a Doutrina das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos da infância e da adolescência, consubstanciada pelos documentos internacionais básicos – Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da criança, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad) e Regras Mínimas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade – foi assimilada no ordenamento jurídico nacional. Este processo consolidou o reconhecimento da criança e do jovem como sujeitos de direito, considerando que a todo direito deste segmento corresponde o dever das gerações adultas, representadas pela família, a sociedade e o Estado.

A mudança da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina de Proteção Integral é objeto de estudo no primeiro capítulo a fim de contextualizar historicamente essa mudança de paradigma, como assinalado no Marco Situacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE:

A mudança de paradigma e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ampliaram o compromisso e a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil por soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo e asseguram aos adolescentes que infracionaram oportunidade de desenvolvimento e uma autêntica experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Dessa forma, esses direitos estabelecidos em lei devem repercutir diretamente na materialização de políticas públicas e sociais que incluam o adolescente em conflito com a lei. (2006, p. 16)

Compreender o adolescente como sujeito de direitos vem ao encontro do que escreve Clare Winnicott ao destacar o enunciado de Winnicott acerca da importância do respeito aos direitos humanos na atenção integral ao jovem com tendência antissocial:

Hoje, como sempre, a questão prática é como manter um ambiente que seja suficientemente humano, e suficientemente forte, para conter os que prestam assistência aos destituídos e delinqüentes que necessitam desesperadamente de cuidados e pertencimento, mas fazem o possível para destruí-los quando o encontram. (1983, p. XVI)

No Capítulo II apresentamos, em linhas gerais, a Teoria do Amadurecimento Pessoal de D. W. Winnicott.

Para compreender a tendência antissocial, na visão de Winnicott, é necessário atentar para sua formulação sobre o desenvolvimento emocional primitivo. Uma das questões fundamentais é então, a ideia de que existe um movimento da dependência absoluta até a independência (rumo à independência, na verdade), através da dependência relativa. Neste estudo nos interessam, particularmente, a dependência relativa, adolescência, e as ideias de Winnicott sobre a tendência antissocial. Por esse motivo, ao apresentarmos a Teoria do Amadurecimento Pessoal no segundo capítulo, vamos priorizar as fases da dependência relativa e independência relativa, tendo em vista a própria obra de Winnicott, os livros dos autores contemporâneos e as inúmeras dissertações e teses a que os interessados em aprofundar os estudos sobre esse tema, podem recorrer.

No terceiro capítulo apresentamos a compreensão da adolescência na visão do psicanalista, e, no quarto capítulo, essencial para este trabalho, aprofundamos o estudo sobre suas ideias acerca da tendência antissocial e o seu tratamento.

Ao acompanhar crianças e adolescentes evacuados de Londres, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Winnicott pode sistematizar, com sua larga experiência como médico pediatra, psiquiatra e psicanalista, sua teoria da tendência antissocial; além disso, exerceu relevante papel como consultor do Plano de Evacuação na área de Oxfordshire. Para articular o conceito de tendência antissocial ele utilizou duas áreas da experiência humana: a realidade interna e o meio ambiente. Seus escritos sobre essa questão encontram-se dispersos em artigos, conferências, escritos, aulas para profissionais e para leigos, e foram, em parte, reunidos em um livro póstumo editado por Clare Winnicott (*Privação e Delinquência*) compreendendo as vias de acesso à delinquência e manifestações antissociais e seu tratamento.

Para Winnicott, o comportamento antissocial é um sintoma decorrente de falha no cuidado prestado à criança, perturbando seu processo de amadurecimento pessoal e comprometendo a constituição do si mesmo saudável e criativo. Seu pensamento e prática permitiram a elaboração de uma teoria da delinquência, cujo estudo permite e contribui, significativamente, para a construção de um trabalho socioeducativo com adolescentes que praticaram atos infracionais em uma instituição que executa medidas socioeducativas.

No quinto capítulo, primeiramente, apresentamos, brevemente, um panorama da unidade feminina, instituição em que desenvolvemos este estudo. Trata-se de um olhar de dentro da instituição, o que pode conferir uma singularidade ao trabalho. Em seguida, apresentamos a “História de Lúcia”, ex-interna que recebeu o atendimento socioeducativo e os cuidados que permitiram a retomada do seu processo de amadurecimento pessoal de tal forma que pudesse ter um lugar na sua família e sociedade como também, viver criativamente.

Foi um longo caminho percorrido pela pesquisadora para conseguir autorizações para o relato e estudo desse caso. Primeiramente, obedecendo aos trâmites estabelecidos para realização de pesquisa na Fundação, constantes na Portaria Normativa 155/08, apresentamos ao Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Escola para Formação e Capacitação Profissional o projeto de pesquisa e documentações necessárias para análise e autorização. Contudo, a

permissão final da Fundação ficou vinculada à autorização da Juíza Corregedora Permanente da Fundação CASA, MMa. Dra. Mônica de Oliveira Paukoski.

Concomitantemente a estes trâmites, o Comitê de Ética da PUC/SP, acompanhou e permitiu a pesquisa. A história da adolescente foi apresentada com muito cuidado ético e sua identidade foi preservada através de mudanças pontuais nos fatos da sua vida e no desenvolvimento do estudo do caso. O atendimento socioeducativo prestado a essa adolescente permitiu à pesquisadora uma visão mais precisa do pensamento de Winnicott sobre a tendência antissocial, não havendo nada melhor que dispor de um “material clínico” que possa ser discutido sem dificuldades de ordem ética.

A documentação pesquisada é referente a uma adolescente que cumpriu medida socioeducativa de privação de liberdade. Na ocasião, a jovem recebeu atendimentos psicológicos, individuais e grupais, pela pesquisadora durante dois anos e oito meses, período de sua permanência na unidade de internação. Ressalto que o acompanhamento estendeu-se à família da jovem mediante orientações, visitas domiciliares entre outras intervenções, dados registrados na fonte de pesquisa.

As transformações na vida, pelas quais esta jovem passou desde criança, como adolescente com tendência anti-social, até conseguir, durante sua permanência na instituição, retomar seu processo de amadurecimento são exemplos nítidos que respaldam as contribuições de Winnicott sobre o assunto.

A história da adolescente e sua trajetória como interna em uma unidade da Fundação CASA/SP, seguida do estudo do caso à luz da teoria de Winnicott ilustram o trabalho socioeducativo realizado e dá uma idéia acerca de como os estudos de Winnicott fornecem elementos para o atendimento às jovens em conflito com a lei.

Percebi, na minha prática como psicóloga das adolescentes privadas de liberdade, que a retomada do processo de amadurecimento pessoal se dava através da esperança, do acolhimento e da facilitação ambiental. Esse processo teve sua expressão e como pano de fundo a Instituição com todas as suas particularidades. A instituição pode ser facilitadora de uma significativa experiência que permita aos adolescentes internos o reencontro com seu viver criativo e verdadeiro. Esse movimento é essencial para a retomada do processo de amadurecimento durante o cumprimento da medida de privação de liberdade.

Ao se deparar com a irreversibilidade do ato infracional cometido em um momento em que já haviam decorridos quase dois anos de internação em instituição estadual, Lúcia, adolescente que integra este estudo, conseguiu refletir, importar-se com as pessoas e assumir responsabilidades, enfim, retomar o seu processo de amadurecimento emocional a partir do momento em que restabeleceu a esperança em si e no mundo através do ambiente institucional que a sustentou.

O atendimento socioeducativo prestado aos adolescentes que cometem ato infracional, as ações dos profissionais e o ambiente institucional facilitador remetem à reflexão apresentada por Garcia (2004, p. 108) no último parágrafo da conclusão da sua dissertação de mestrado em que ressalta a importância de subsídios para o profissional da Fundação CASA/SP:

Desta maneira, acredito, seria crucial que profissionais que trabalham com pais e filhos tivessem esse entendimento da questão anti-social, para que pudessem acolher e “curar”, muitas vezes, no seu nascedouro, as suas primeiras manifestações. Além desses profissionais, também todos aqueles outros que trabalham com crianças deprivadas – desde aquelas que começam a roubar na escola até os internos da FEBEM – poderiam ser ajudados, na sua prática cotidiana pela concepção winnicottiana da delinqüência.

Em suma, esta pesquisa pode trazer contribuições para a instituição de práticas que produzam maior eficácia na ação socioeducativa. A intenção é desvelar caminhos e levantar algumas questões que possam ser posteriormente aprofundadas. As reflexões e conclusões deste trabalho podem constituir-se num avanço para o sistema de atendimento integral direcionado ao adolescente e seus familiares, para a interação e articulação com a rede de serviços além de nortear os profissionais que atuam, direta ou indiretamente, junto ao adolescente em regime de privação de liberdade.

CAPÍTULO I

PANORAMA DA DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR À DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Neste capítulo pretendemos contextualizar historicamente a complexa situação da criança e do adolescente, perpassando pelo Código de Menores até o advento da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo além das Normativas Internacionais das quais o Brasil é signatário.

1.1 Doutrina da Situação Irregular

O paradoxo de nossa época é que a esperança é ligada à desesperança [...] Há princípios de esperança, nas possibilidades criadoras da humanidade, nas escolas, instituições onde as mentes dos pequenos são domesticadas.

Edgar Morin

No final do Império, surge a ideia de isolar os jovens delinquentes em instituições totais a fim de educá-los e devolvê-los à sociedade seguindo a tendência países da Europa Ocidental e Estados Unidos. Nas últimas décadas do Império, vozes clamaram por soluções para a criminalidade juvenil e as crianças abandonadas nas ruas.

A esse respeito, Mesquita (2009 [2007] p. 16) escreveu:

... questão da evolução histórica que nos Estados Unidos se chamou Justiça Juvenil [... iniciada no século XIX] influenciou o sistema de proteção dos direitos da criança, e do adolescente – não só aqui no Brasil, mas em diversos países ...

Em 1884, o Ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho, propõe a criação de uma Associação Protetora da Infância Desamparada, que atenderia: Ingênuos (filhos libertos de escravas); menores sem pais, e crianças cujos pais eram incapazes de educá-los. Foram propostas para os menores considerados “contaminados pelo crime” escolas correccionais com normas e regulamentos mais severos que nas associações assistencialistas (MARCÍLIO, 2001).

O início do século XX foi marcado pelo surgimento das lutas sociais do proletariado. O Comitê de Defesa Proletária buscava a proibição do trabalho de menores de 14 anos, e a abolição do trabalho noturno de mulheres e de menores de 18 anos.

O Juizado de Menores foi criado em 1923, sendo Mello Mattos o primeiro Juiz de Menores da América Latina⁴. Em 1927 foi promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos, redigido pelo Juiz Mello Mattos⁵. O código sintetiza leis e decretos, dando início à legislação sobre a infância nas primeiras décadas do nosso século, a criança passa de objeto de caridade para objeto de políticas públicas, sob a perspectiva educacional.

Em sua dissertação de mestrado em Saúde Pública, Bentes (1999, p. 30) esclarece:

... após intensos debates que reuniam figuras proeminentes, à época, nos meios políticos, jurídicos, legislativos e assistenciais. Tal código foi elaborado com extrema minúcia, e continha 231 artigos. Destacava-se, dentre os dispositivos apresentados, uma detalhada descrição das atribuições da autoridade competente - o Juiz de Menores. Sob sua esfera de ação encontram-se os “Infantes com menos de 2 anos de idade, criados fora das casas dos paes”, os menores nos “asylos dos expostos”, as nutrizes de aluguel, as residências, as escolas, as vias públicas, os estabelecimentos de recolhimento e internação de menores, as oficinas, as indústrias, etc. A vigilância da autoridade pública se dá através da Inspeção de “Hygiene Infantil” ...

Surgia uma nova mentalidade, o movimento higienista ou movimento sanitaria precisava solucionar rapidamente o problema; para tanto, preocupava-se

⁴ Cf. <http://www.promenino.or.br> Acesso em 11/02/2010.

⁵ Conhecido como “Código de Mello Mattos”. A partir dele o termo “menor” é associado à menoridade penal e não civil. Na prática, foi a primeira legislação que tratou das crianças e adolescentes, seguida do segundo Código de Menores de 1979.

com a saúde da população. A ideia central do movimento consistia na valorização da população como recurso principal da nação, e predominava a defesa da saúde nos moldes de uma campanha de vacinação, educação e ensino de novos hábitos higiênicos.

Paula (2004, p. 60) analisa o contexto histórico social da época e escreve:

Essa capacidade de reconfiguração do poder e de seu exercício por intermédio da vida familiar teria sido o que garantiu, aos higienistas, sua influência nos assuntos do Estado e a sanitização do espaço urbano.

A partir desse Código, deu-se a entrada do Estado nesse campo. São propostos modelos de atenção, muito embora estes não diminuíssem a situação de pobreza e seus efeitos. Nessa perspectiva, ao invés de promover mudanças nas condições de vida da criança, o Código constituiu-se em uma estratégia de criminalização e medicalização da pobreza.

O encaminhamento dessas crianças e jovens para instituição de confinamento começa a provocar indignações éticas e políticas nos segmentos da sociedade preocupada com os direitos humanos, tanto pela perversidade de suas práticas como pela ineficiência de seus resultados.

No Estado de São Paulo é criado, em 1935, o Serviço Social de Proteção aos Menores, órgão ligado ao Departamento de Assistência Social. Neste período unidades de atendimento foram implantadas porém, evidenciou-se a carência de procedimentos, diretrizes e programas que dessem condições para o desenvolvimento de uma ação eficaz

O ano de 1941, foi marcado pela criação, no governo Getúlio Vargas, do Serviço de Assistência a Menores (SAM). Era um órgão do Ministério da Justiça que funcionava como equivalente do sistema penitenciário direcionado aos menores de idade. O SAM tinha, a princípio, o objetivo de ser uma instituição executora das políticas públicas voltadas à infância e aos menores, não alcançou seus objetivos, e não respondeu às necessidades de atendimento. (GANDINE, 2007).

A fim de implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM), em 1964, é criada, para substituir o SAM, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

(FUNABEM)⁶ entidade que, por meio de políticas de prevenção, pretende oferecer amparo à criança e adolescente como também, proporcionar uma atenção sócio-terapêutica aos jovens infratores institucionalizados, apesar de não ter contato direto com eles. Junior (ib. p. 3) esclarece as atribuições da FUNABEM:

... planejar, assistir, financeiramente e com pessoal, as entidades dos Estados, Municípios e entidades particulares que se encarregassem do atendimento direto dos menores em processo de marginalização. Todavia, em razão de ter herdado as atribuições e os estabelecimentos físicos do SAM, e não ter conseguido transferi-los completamente para os estados, a Fundação atuou como órgão executor das próprias medidas que planejara.

O fato da cultura e instalações físicas terem permanecido as mesmas, cristalizadas na instituição, fez com que os objetivos planejados não tivessem o êxito esperado.

No Estado de São Paulo, em 1973, ainda sob vigência do Código de Menores de 1927, foi criada a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró-Menor) para aplicar as diretrizes da PNBEM no atendimento aos adolescentes infratores.

Objetivando estabelecer um modelo de atendimento terapêutico pedagógico em oposição ao sistema de contenção que vigorava até então na Pró-Menor, no ano de 1975 foi proposta a criação da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM/SP⁷, sendo que, em 1976, essa denominação passou a vigorar em substituição a Pró-Menor.

Em 1979, na comemoração do Ano Internacional da Criança, é instituído o segundo Código de Menores⁸ elaborado por um grupo de juristas selecionados pelo governo, fundamentado na Doutrina da Situação Irregular.

Esse Código não representou em si mudanças expressivas, uma vez que, apresenta pressupostos e características que colocam a criança e o jovem pobres e despossuídos, como elementos de ameaça à ordem vigente. O Código atuava na

⁶ Lei 4.513 de 1/12/1964.

⁷ Seguiu as diretrizes da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) criada pelo Governo Federal. A FUNABEM foi criada por lei no primeiro governo militar. Um de seus objetivos era o de formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Marco da transição entre a concepção correccional-repressiva para a assistencialista.

⁸ Lei 6.697 de 10/10/1979.

coerção e repressão dos supostos desviantes⁹, vigorava ainda a doutrina da situação irregular, as crianças e jovens deveriam ser "objeto" de intervenção dos adultos e do Estado, já que não eram considerados "sujeitos de direitos".

Pela legislação que vigorou no Brasil de 1927 a 1990, todas as crianças e jovens tidos como em perigo ou perigosos¹⁰ eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento. O Juiz de Menor possuía a autoridade de destituir determinados pais do pátrio poder através da decretação de sentença de "situação irregular do menor"; a pobreza era uma das hipóteses de "situação irregular".

O modelo de atendimento ao adolescente vigente no país passou a pertencer a um contexto histórico ultrapassado, de não asseguarção dos direitos fundamentais, um modelo de contenção que esgotou-se. A sociedade clamava por mudanças e, a partir disso, instaura-se uma crise. A esse respeito Costa (2006, p. 13) esclarece que:

[n]a área do direito da criança e do adolescente [...] as coisas acontecem da mesma forma. A crise ou esgotamento de um modelo de compreensão e ação vem dar lugar a outro. A transição, porém, entre o velho e o novo freqüentemente não se dá de maneira específica. Os defensores da velha ordem costumam reagir de todas as formas ao seu alcance para impedir o novo paradigma de se afirmar, de ser hegemônico, de vigorar de modo pleno.

Ao tratar sobre a mudança paradigmática da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral nos defrontamos com a formulação do historiador Kuhn “choque de paradigmas”¹¹. A partir dessa perspectiva, o filósofo

⁹ O Código de Menores de 1979 previa em seu artigo 99: "o menor de 18 anos, a que se atribua autoria de infração penal, será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária". Esta regra, do antigo Código, mudou. O ECA não fala mais em "menor" e sim em "criança e adolescente", também não se fala mais em "infração penal", utiliza-se o termo "ato infracional" e, por último, o Juiz não é mais a única autoridade competente para atuar perante a prática de um ato infracional.

¹⁰ Como por exemplo: abandonados, carentes, deficientes, doentes e os infratores que apresentavam conduta dita anti-social e os jovens ociosos ou perambulantes.

¹¹ Essa expressão vem de Thomas Kuhn, historiador da ciência que escreveu o livro *A Teoria das Revoluções Científicas*. Segundo Kuhn, os paradigmas são as realizações que fornecem, por determinado tempo, “problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2000, p. 13).

Zeljko Loparic¹² (1996) compreende que os problemas anteriormente considerados exemplares cedem lugar a outros, e a nova proposta pode ser eficaz na resolução de novos problemas

1.2 Doutrina da Proteção Integral

Direitos Humanos [...] é uma postura perante o mundo e a vida. Se eu respeito os direitos humanos, eu os respeito a cada segundo. Eu respeito quando lido com qualquer pessoa, nas mais diversas relações sociais: quando eu lido com uma pessoa na rua; quando eu sou uma pessoa que respeita o outro e o vejo como sujeito digno, um sujeito de direito.

Flávia Piovesan

Desde a Declaração de Genebra em 1924, os direitos de crianças e adolescentes passaram a integrar as discussões internacionais, priorizadas pelos países na década de 1950, após a Segunda Guerra, com a criação da ONU e da Unesco.

Em 1959, as Nações Unidas aprovam a Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Em 1979, instaura-se uma grande campanha em nível internacional que vai culminar em 1989, portanto 10 anos depois, na aprovação pela Assembleia Geral da ONU, da Convenção sobre os Direitos das Crianças, um dos mais importantes tratados sobre os Direitos Humanos.

Segundo Guará (2000, p.84, grifos da autora), na década de 90 nasce um novo pensamento na sociedade:

... uma nova consciência sobre a necessidade de uma política social para a infância e juventude. O termo *menor* foi enfaticamente substituído por *criança e adolescente*, com o forte argumento de que era preciso superar o estigma associado ao termo que já se instalara no imaginário social como sinônimo de *pobre*.

¹² De acordo com Ribeiro (2004, p. 30) “Pensador psicanalítico da atualidade, defende a tese de que as idéias de Winnicott representam um novo paradigma no universo psicanalítico [...]”. Loparic se baseia na formulação de Kuhn para fundamentar seu pensamento.

A transição do período pós-ditadura é analisada por Piovesan (2004, p. 27-8):

Desde 85 houve a transição lenta e gradual pós-ditadura. Quer dizer, isto é pouco se olharmos para trás e avaliarmos o peso de uma cultura excludente e autoritária e avaliarmos de que maneira reconstruir sobre bases éticas. E não só reconstruir o Estado de Direito, mas a democracia e os direitos humanos saindo dessa ruptura.

Nesta vertente, a partir de uma mobilização social nacional origina-se o Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). Esse movimento recolheu mais de seis milhões de assinaturas para garantir a criação de um artigo que estabelecesse os direitos humanos de meninos e meninas na Constituição Federal de 1988. Nasce o artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (05/10/1998), base para o 4º artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar a criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.

Esse processo de redemocratização do Brasil culmina na promulgação da Lei 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹³. O Estatuto é considerado documento exemplar de direitos humanos, foi concebido a partir do debate de ideias com a participação de vários segmentos sociais envolvidos com a causa da infância no país, ou seja, instituições ligadas pela Igreja Católica e pela sociedade civil, a saber: República dos Emaús – Belém/PA, Pastoral do Menor – São Paulo/SP e, o Projeto Nacional de Alternativas e Atendimentos Comunitários a

¹³ Composto por 267 artigos, Livro I - Parte Geral e Livro II - Parte Especial, que trata da política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei (Cf. CURY, M., 2006).

Meninos e Meninas de Rua. A respeito, Abreu¹⁴ (2009, p. 1, grifos do autor) esclarece:

O ECA não é o resultado da vontade pessoal das autoridades brasileiras, mas o anseio do conjunto das instituições que sempre fizeram os movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e que *controverteram a ordem* na luta pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em consequência da falta de políticas que viessem atender de fato os *meninos e meninas de rua*.

Dessa forma, o ECA representa um marco histórico para a infância e adolescência¹⁵ brasileiras, ao substituir a lógica da Doutrina da Situação Irregular, presente no antigo Código de Menores, pela Doutrina da Proteção Integral. Sua criação teve o objetivo de garantir os direitos do menor à justiça, educação, segurança e à cidadania, ou seja, estabelecer a proteção integral às crianças e adolescentes brasileiros, regulamentando como lei específica o que a Constituição Federal de 1988 determina, orientada pelo princípio da prioridade absoluta, em relação a esses segmentos etários da sociedade.

O ECA completará, dia 13 de julho de 2010, vinte anos de existência. A grande mudança representada pelo Estatuto é a divisão de responsabilidades. Não basta acusar o menor, mas entender o papel dos pais, do Estado e da sociedade a fim de garantir direitos integrais às crianças e adolescentes. Hoje, na situação de Garantia de Direitos, o paradigma que permeia a atuação é entender a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

Souza (s/d) esclarece que, enquanto o Código de Menores responsabilizava a família pelas condições em que se encontrava e, até mesmo, destituía o poder familiar em função de sua situação de miserabilidade, o Estatuto localiza e define instâncias concretas. Ou seja, reconhece família, sociedade e Estado como os violadores dos direitos da criança e do adolescente, sujeitando-os a penalizações quando do não cumprimento de suas responsabilidades. A esse respeito,

¹⁴ Disponível em Revista Margens Virtual. <http://www.ufpa.br/nupe/artigo11.htm> Acesso em 16/12/2009.

¹⁵ Segundo o artigo 2º do ECA “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Parágrafo único. “Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.

encontramos no artigo 23 do ECA: “a falta ou carência de recursos materiais não constitui, motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder”¹⁶.

Para a implementação da Doutrina da Proteção Integral o Estatuto prevê um conjunto articulado de ações por parte do Estado e da sociedade. Essas ações podem ser divididas em quatro grandes linhas: a) Políticas Sociais Básicas, que, na perspectiva da universalidade, da continuidade e da gratuidade, implicam na garantia dos direitos sociais para todos como dever do Estado; b) Políticas de Assistência Social, previstas para os que se encontram em estado de necessidade temporária ou permanente; c) Políticas de Proteção Especial, para quem se encontra violado ou ameaçado de violação em sua integridade física, psicológica e moral; d) Políticas de Garantia de Direitos, para as situações nas quais a criança ou o adolescente se encontra envolvido num conflito de natureza jurídica, sendo necessário, para a sua proteção integral, o acionamento das políticas de direito e do órgão do Ministério Público, com observância do devido processo legal.

O ECA propõe medidas de proteção - voltadas para situações em que os direitos de meninos e meninas são ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, seja por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis - e medidas socioeducativas (aplicadas para adolescentes que cometem atos infracionais). As medidas socioeducativas vão desde uma simples advertência até a internação em estabelecimento educacional. O Estatuto institui ainda a co-responsabilidade de toda a sociedade civil e do poder público em garantir o direito a uma vida saudável aos meninos e meninas de todo o País.

O Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE – é uma política pública social de implementação do atendimento das medidas socioeducativas previstas no ECA. Pode ser entendido como política de inclusão do adolescente em conflito com a lei no direito à dignidade humana.

O documento busca solução para direitos garantidos pelo Estatuto, institui procedimentos e parâmetros justos que reafirmem a diretriz do ECA sobre a natureza eminentemente pedagógica da medida socioeducativa, visando trazer avanços para a efetivação de uma política que priorize os direitos humanos

¹⁶ O antigo Pátrio Poder mudou no novo Código Civil para Poder Familiar. Na época do antigo Código Civil (1916) quem exercia o poder sobre os filhos era o pai e não se falava no poder do pai e da mãe (pais). Mas esta situação mudou e hoje a responsabilidade sobre os filhos é de ambos.

A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas. (2006 p.16)

Em 2006, conforme preconização do ECA e orientações do SINASE, surge uma nova proposta de atendimento socioeducativo na instituição responsável pela execução de medidas. A partir de então, a Febem/SP reestrutura o atendimento socioeducativo no Estado de São Paulo, passando à denominação de Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA/SP¹⁷, nomenclatura que retrata a mudança de paradigma na atenção aos adolescentes.

O grande objetivo, hoje, é que os adolescentes saiam deste lugar social no qual confluem as práticas de exclusão e vão para outro lugar social inclusivo, de exercício pleno da sua cidadania.

O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2006) teve como base para a sua construção a experiência de trabalho, os estudos internos realizados na Fundação CASA; as recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, constantes no SINASE, além da participação dos profissionais das diversas áreas de atuação.

Hoje, no Estado de São Paulo apresenta-se este plano que orienta e norteia as atividades a serem desenvolvidas no curso do cumprimento das medidas, de internação, internação provisória, semiliberdade, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, todas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A elaboração do Plano realizou-se considerando a necessidade de se unificarem, em âmbito Estadual, as disposições sobre a aplicação das medidas socioeducativas bem como de explicitar a importância de ações que efetivem os direitos do jovem em conflito com a lei. O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2006, s/n) busca o alinhamento das ações socioeducativas:

Os direitos e garantias dos adolescentes, de modo expresso, previstos na Constituição da República e os avanços com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente só ganharão concretude, se houver entre outras ações, a ampliação e melhoria na qualidade do atendimento do adolescente

¹⁷ Alteração do nome Febem/SP para Fundação CASA/SP: lei 12.469 de 23/12/2006.

autor de ato infracional; a elaboração de políticas que integrem serviços de diferentes áreas de atendimento, buscando o envolvimento, articulação e mobilização de organizações governamentais e não governamentais com vistas ao fortalecimento de uma rede de atendimento; e a descentralização e regionalizando das atividades

Na esteira da mudanças, o Conselho Nacional dos Direitos a Criança e do Adolescente – CONANDA e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, divulgaram juntos um documento denominado Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)¹⁸. Esse Plano visa à formulação e implementação de políticas públicas que possam assegurar a garantia das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, de forma integrada e articulada com os demais programas de governo.

O Plano visa romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. As estratégias, objetivos e diretrizes do Plano estão fundamentados primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento familiar e institucional, quando forem necessários, e, sobretudo, no investimento para o retorno da criança e do adolescente ao convívio com a família de origem. O consenso a respeito é entender a família como *locus* privilegiado para o adequado desenvolvimento humano (PNCFC, 2006).

Finalizo com as palavras de Dallari (2004, p. 15):

O respeito à vida de uma pessoa significa não matar essa pessoa com violência, como também dar a ela a garantia de que todas as suas necessidades fundamentais serão atendidas. Toda pessoa tem necessidades materiais, as necessidades do corpo, que se não forem plenamente atendidas levarão à morte ou a uma vida incompleta, que não se realiza totalmente e que já é um começo da morte. Assim, também, as pessoas têm necessidades espirituais, como a necessidade de amor, de beleza, de liberdade, de gozar do respeito dos semelhantes, de ter suas crenças, de sonhar, de ter esperança. Todos os seres humanos têm o direito de que respeitem sua vida. E só existe respeito quando a vida, além de ser mantida, pode ser vivida com dignidade.

¹⁸ Resolução Conjunta CONANDA e CNAS nº 1 de 13 de dezembro de 2006 – Brasília/DF.

1.3 D. W. WINNICOTT e a mudança paradigmática: Doutrina da Situação Irregular X Doutrina da Proteção Integral

Na manufatura, como na ciência, a produção de novos instrumentos é uma extravagância reservada para os momentos de crise. O significado das crises consiste, exatamente, no fato de que indicam que chegou a ocasião de renovar os instrumentos.

Thomas Kuhn

É necessário que façamos uma reflexão sobre as orientações e diretrizes atuais que norteiam o atendimento socioeducativo prestado ao adolescente autor de ato infracional e o pensamento de Winnicott.

Para o psicanalista, as pessoas necessitam de um espaço na sociedade que garanta sua saúde e realização pessoal (1975 [1968], p. 190-91):

... a sociedade representa a afirmação, em termos coletivos, do crescimento individual [...] existe como estrutura ocasionada, mantida e constantemente reconstruída por indivíduos, não havendo, portanto, realização pessoal sem a sociedade, assim como é impossível existir sociedade independentemente dos processos coletivos de crescimento dos indivíduos que a compõem.

Winnicott está preocupado em como o ambiente pode, efetivamente, favorecer, permitir à criança e ao adolescente se apoderar da cultura, da humanidade, foca seus trabalhos, sobretudo, nas relações inter humanas. Seus enunciados vêm ao encontro do que é atualmente propagado pelas normativas para a garantia da proteção integral ao adolescente, sempre realizando uma análise à dinâmica social e sua relação com o pessoal.

Nessa perspectiva, a condição básica para a operatividade das ações socioeducativas perpassa para além do estudo minucioso das leis e seu histórico. Oferecer o espaço afetivo, o espaço físico, os limites, o entorno, a compreensão e a previsibilidade ambiental proporcionam mudanças significativas no atendimento socioeducativo e garantem aos jovens seus direitos fundamentais. Afinal, a conquista deve ser do adolescente.

Em 1961, Winnicott já discutia essa questão sobre as duas formas de cuidados proporcionados à criança e ao adolescente nos casos em que a tendência antissocial passou à delinquência, cito:

A necessidade, nessa circunstância, é proporcionar ambientes especializados, que devem ser divididos em dois tipos:

1. Aqueles que esperam socializar a criança estão praticando o “segurar”.
2. Aqueles cujo intento é a mera custódia, a fim de preservar a sociedade até que meninos e meninas tenham idade suficiente para serem detidos, e até que adentrem o mundo na qualidade de adultos que vão sempre se meter em apuros. Esse tipo de instituição deve funcionar o mais suavemente possível, quando administrada de modo rigoroso (WINNICOTT, 1999 [1961] p. 101).

O velho paradigma representado pela Doutrina da Situação Irregular atuava sob o signo do tutelamento pelo Estado da criança e do adolescente, como diz Costa, essa era “uma forma de não direito” (2006 p. 14). A tutela implicava em incapacitação do tutelado que era visto como mero objeto de intervenção. Esse paradigma contrapõe-se aos estudos de Winnicott (1961, p. 100-01) sobre a privação, a tendência antissocial e o seu tratamento:

Quando os pacientes são dominados por uma área de privação em sua história progressiva, deve-se adaptar o tratamento a esse fato. Como pessoas eles podem ser normais, neuróticos ou psicóticos. É difícil determinar o padrão pessoal, pois sempre que a esperança se aviva produz um sintoma (roubando, sendo roubado; destruindo ou sendo destruído) que força o ambiente a perceber e agir. Geralmente a ação é punitiva, mas é claro que o paciente precisa mesmo é de plena aceitação e recompensa [...] É importante, no entanto, que uma escavação séria nos estágios mais remotos de uma carreira anti social produza a chave e a solução.

Para o autor, rastrear o momento em que ocorreu a privação e a alteração no curso do desenvolvimento da criança trazem respostas que subsidiam àqueles que prestam os cuidados e apoio necessários ao adolescente e família, sem deixar

de lado a responsabilidade do Estado no oferecimento de uma ampla rede socioassistencial.

A garantia dos direitos humanos, a necessidade de proporcionar ao adolescente que comete um ato ilícito um ambiente seguro e confiável, conforme proposto por Winnicott, está em consonância com a dinâmica da Doutrina da Proteção Integral que assegura todos os direitos do jovem em conflito com a lei. Costa (2006, p. 20) explica que “[p]ara esses casos, o que se estabelece é um sistema de responsabilização penal alicerçado nas garantias processuais do estado democrático de direito”.

CAPÍTULO II

A TEORIA DO AMADURECIMENTO PESSOAL

O processo de amadurecimento é a explicitação temporal na forma de etapas, das várias tarefas que a tendência inata ao amadurecimento impõe ao indivíduo ao longo da vida.

Winnicott

Para Winnicott, o amadurecimento¹⁹ diz respeito à pessoa do homem, seria o processo de integração de vários aspectos da personalidade, não se trata da mente, do intelecto, mas sim daquilo que há de mais pessoal no homem. Assim, usa-se a palavra amadurecimento para designar aquilo que unifica uma pessoa, o que há de mais pessoal nela.

Dias²⁰, estudiosa organizadora da obra de Winnicott, assinala que “Winnicott formulou uma *teoria do amadurecimento normal*, considerada por ele mesmo, como a ‘espinha dorsal’ [*backbone*] do seu trabalho teórico e clínico” (2003, p. 13, grifo da autora).

A autora prossegue “A ênfase da teoria recai sobre os estágios iniciais, pois é nesse período que estão sendo que estão sendo constituídas as bases da personalidade e da saúde psíquica” (2003, p. 13).

Moraes (2005, p. 110), realizando uma leitura do pensamento de Winnicott, esclarece o desenvolvimento emocional e o amadurecimento pessoal:

O processo de amadurecimento pessoal não envolve uma polarização entre o que é certo e errado, entre o que é bom e ruim, entre o ser saudável e o ser doente, mas implica um constante vai e vem entre a integração e a não integração e um circular equilibrado entre o mundo subjetivo e o mundo

¹⁹O filósofo Zeljko Loparic (2000) no seu texto *O animal humano* sugere que os termos “maturação” ou “processo de maturação” sejam compreendidos como “amadurecimento”. Esta pesquisa utilizará essa terminologia.

²⁰Cf. *A Teoria do Amadurecimento Pessoal* (2003), livro escrito por Elsa Dias, apresenta de forma organizada, os principais elementos conceituais da teoria do amadurecimento, estimulando e mantendo vivo o debate sobre Winnicott e a natureza humana.

objetivo, cujo sentido final para a existência pessoal (em termos de ser ou não ser saudável) estará na dependência da harmonia ocorrida entre o momento do processo de desenvolvimento emocional e o estado de maturidade com que alguns acontecimentos da vida foram experienciados.

Para a autora, todo ser humano nasce com uma tendência a se integrar, a tornar-se um eu; até o fim da vida há um amadurecimento em curso. As características centrais do amadurecimento seriam a *tendência inata à integração* e o *favorecimento ambiental*, sobretudo no início e depois, no decorrer das relações humanas. Diz Moraes (2005, p. 112):

Assim, fica estabelecido que é a partir da chegada ao mundo que a personalidade de uma pessoa começa a se estruturar, lembrando-se que “mundo” tem para Winnicott um sentido específico – o de ambiente que recebe o bebê ao nascer e que, inicialmente, é configurado pelos cuidados maternos. Só a partir desse momento um si mesmo pessoal começará a constituir-se. Por isso, mesmo que muito tenha ocorrido anteriormente ao nascimento, o fato de um bebê entregar-se à tendência para o amadurecimento pessoal estará, na maior parte das vezes, sob a dependência da possibilidade de a mãe ser sensível ao seu bebê.

Dias (2003, p. 93), atenta que, para Winnicott o “processo de amadurecimento pessoal depende fundamentalmente de dois fatores: a tendência inata ao amadurecimento e a existência contínua de um ambiente facilitador”.

A saúde, para Winnicott, consiste em fazer o trajeto que vai do mundo subjetivo à realidade externa sem perder o elo com o mundo subjetivo. Um processo de integração bem-sucedido leva a coexistência e trânsito entre a solidão essencial, a comunicação e encontro com o outro e com a realidade externa. A saúde é viver sem perder demais a espontaneidade, é viver e fazer a vida como algo que vale a pena. Diz o autor (1990, p. 148):

A continuidade do ser significa saúde. Se tomarmos como analogia uma bolha, podemos dizer que quando a pressão externa está adaptada à pressão interna, a bolha pode seguir existindo. Se estivéssemos falando de bebê humano, diríamos “sendo”. Se por outro lado, a pressão no exterior da bolha for maior ou menor do que aquela em seu interior, a bolha passará a reagir à intrusão. Ela se modifica como reação a uma mudança no ambiente, e não a partir de um impulso próprio. Em termos do animal humano, isto significa uma interrupção no ser, e o lugar do ser é substituído pela reação à intrusão.

A ênfase da teoria winnicottiana do amadurecimento pessoal é dada aos estágios iniciais. O elemento diferencial desta teoria é entender tudo o que acontece com o ser humano nos estágios pré-primitivos – período de constituição das bases da personalidade e da saúde psíquica. Para Winnicott (1983 [1963] p. 227) “... a saúde mental da criança não pode se estabelecer sem um cuidado paterno ou materno suficientemente bons”. Todo o processo de amadurecimento consiste em dar as condições para o bebê SER, para que isto aconteça é necessário que o ambiente sustente desde o início.

2.1 O estágio da dependência absoluta

O elemento diferencial da teoria de Winnicott é o entendimento de que os acontecimentos dos estágios pré-primitivos constituem-se nos alicerces da personalidade saudável. Considera o meio essencial para o desenvolvimento emocional, ao se falar da criança “deve-se mencionar dependência e natureza do ambiente” (1983 [1959-64] p. 117).

O bebê precisa que a mãe se adapte às necessidades dele mas, para Winnicott, é preciso permitir que a integração ocorra a partir de um impulso do bebê – garantindo assim sua personalidade. Se o ambiente se antecipa ao bebê sistematicamente, a mãe submete o bebê a um tempo externo, a um padrão de submissão.

Winnicott enfatiza a importância do ambiente saudável que acolha o gesto do bebê em direção à vida. Se o bebê não se desenvolver a partir de sua própria criatividade originária ele pode reagir, perde a espontaneidade (espontaneidade X reatividade).

A mãe viva, que presta todos os cuidados, possibilita a constituição da temporalidade e da previsibilidade. O ser humano necessita de asseguramento, espaço, tempo e sentido de permanência para a continuidade de ser. Quando não alcança esse encontro global, por meio desses cuidados regulares e previsíveis, o bebê fica em estado de alerta. Ocorrendo sucessivas descontinuidades o bebê não consegue mais ir para o estado tranqüilo, podendo desenvolver a organização de defesas primitivas e a doença psicótica.

Winnicott (1983 [1959-1964] p. 114) compreende que “a psicose se origina num estágio em que o ser humano imaturo é inteiramente dependente do que o meio lhe propicia.” A psicose, portanto, é produzida por deficiência ambiental no estágio de dependência absoluta.” A doença é secundária à falha do ambiente “embora se revele clinicamente como um distorção mais ou menos permanente da personalidade do indivíduo.” (id. p. 126)

2.1.1 O ambiente facilitador - a mãe suficientemente boa

O desenvolvimento inicial depende de um suprimento ambiental satisfatório, e, segundo Winnicott (1999, p. 4), “ambiente satisfatório é aquele que facilita as várias tendências individuais herdadas [...] com um alto grau de adaptação às necessidades individuais da criança”.

É, portanto, essencial, a adaptação materna suficientemente boa às necessidades do bebê; a constituição do si-mesmo só existe enquanto tal frente a esse ambiente que sustenta, saudável, que acolha o gesto do bebê em direção à vida. Para Winnicott (1983 [1963] p. 215), ambiente suficientemente bom significa que existe a mãe que está “[...] de início totalmente devotada aos cuidados do bebê, e aos poucos, se reafirma como uma pessoa independente”.

Grande parte do amadurecimento inicial se dá a partir de uma relação dual; mas, cabe aqui a questão: *será dual do ponto de vista do bebê?* Winnicott tenta, nos seus estudos, resgatar a perspectiva do bebê. O bebê no início está num estado de *solidão essencial*, não sabe dele, não sabe da mãe, não sabe do mundo, não existe a separação eu e não-eu; o lactente está em um estado de fusão com a mãe, sendo absolutamente dependente da provisão física e emocional que ela proporciona.

Winnicott (1990) destaca que a *mãe suficientemente boa* é aquela que descarrega o seu bebê do mundo externo, uma vez que ele não possui ainda maturidade para saber que tem algo fora dele e, *do ponto de vista do bebê*, essa idéia é assustadora e invasiva. Não tendo a realidade externa sentido em si mesma, a saúde consiste em possibilitar que o bebê faça o trajeto partindo do mundo subjetivo chegando à realidade externa sem, no entanto, perder o elo com o mundo subjetivo.

Por meio dos cuidados regulares e muito previsíveis (segurar, sustentar o bebê), a mãe devotada oferece apoio, sustentação – *holding* – amparando o ego fraco do lactente. Quando o cuidado materno se mostra *confiável* o bebê experimenta uma continuidade de ser sendo essa a base do seu ego. Nesse processo, a temporalidade e previsibilidade vão se constituindo – a pessoa precisa de espaço tempo e sentido de permanência. A inadequação das técnicas de maternagem, que não conseguem fazer face às necessidades do bebê perturba a continuidade do seu desenvolvimento.

É necessário, para um desenvolvimento saudável, que o ambiente sustente o bebê desde o início. A tese de Winnicott é a de que na primeira fase a mãe vivencia um estado psicológico (desde a gravidez)²¹ ao qual denominou *preocupação materna primária*²², condição que lhe possibilita a adaptação sensível às necessidades do seu bebê. Como descreve no seu artigo de 1956 (2000, p. 403):

A mãe que desenvolve esse estado ao qual chamei de ‘preocupação materna primária’ fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar, para que tendências ao desenvolvimento comecem a desdobrar-se, e para que o bebê comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne dono das sensações correspondentes a essa etapa inicial da vida.

2.1.2 A Primeira Mamada Teórica

O bebê vai desenvolver-se através da necessidade que ele tem de SER e EXISTIR (provocada pelo estado de estar vivo). A partir da necessidade de se tornar um ser humano, uma pessoa real aliada à tensão instintual, o bebê realiza um gesto em direção ao mundo. Winnicott mostra que nós somos responsáveis pelo nosso

²¹ Para Winnicott o amadurecimento começa já na vida intra-uterina – “primeiro despertar” - o bebê já é um ser humano (com experiências de motilidade, movimentos no líquido em que está submerso, respiração da mãe, ritmo cardíaco, etc.)

²² Preocupação materna primária é a expressão usada por Winnicott para designar a condição psicológica da mãe nas semanas anteriores e posteriores ao nascimento do bebê (Cf. DAVIS; WALLBRIDGE, 1982).

processo de crescimento, que por sua vez é resultante da criatividade originária – potencial que cada bebê tem em busca da construção da sua unidade.²³

É a partir da necessidade de ser do bebê que vai se construir o estado de integração que Winnicott chama de *primeira mamada teórica*. O seio, no início da vida, constitui o mundo, na primeira mamada teórica a mãe apresenta o mundo ao bebê que vai ter a *ilusão* de ter criado o mundo. Como Dias (2003, p. 164-65) explicita:

... Winnicott usa a expressão “primeira mamada teórica”, referindo-se, com ela, à seqüência das primeiras experiências concretas de amamentação. O estágio que leva esse nome ocupa, aproximadamente, os três ou quatro primeiros meses de vida do lactente [...] a ênfase está no processo de amadurecimento pessoal [...] o começo do contato com a realidade e o início da constituição de um si-mesmo que irá gradualmente integrar-se numa unidade.

A autora diz ainda que instintualidade e erogeneidade estão presentes no processo de amadurecimento humano mas não o constituem. No estágio da primeira mamada teórica, o bebê está envolvido com três tarefas:

1. integração no espaço-tempo;
2. alojamento da psique no corpo (personalização), e
3. o início das relações objetais.

Essas tarefas são interdependentes e nenhuma se resolve plenamente sem as outras. A esse respeito Dias (2003, p.166-67) diz o seguinte:

Quando tudo corre bem, o bebê defronta-se com estas tarefas de modo mais ou menos concomitante, visto que, para dar início a um sentido do real e poder habitar num mundo real, subjetivo de início, o bebê precisa estar sendo introduzido na ordem do tempo e do espaço. A espacialização se inicia pelo processo gradual de alojamento da psique no corpo, tornando esse corpo, seguro nos braços da mãe, a primeira morada. Residindo no

²³ Para Winnicott o estado de ser é o que o bebê recebe quando vem ao mundo. É da responsabilidade da mãe acolher e não interferir, esperar o *gesto espontâneo*, o movimento em que o bebê mostra que está procurando algo. A mãe precisa esperar a tensão instintual – acolher o gesto oferecendo o seio e, assim, favorecer a criatividade do bebê.

corpo, o bebê pode começar a ocupar espaço, a dar concretude à presença [...] As três conquistas básicas são os fundamentos de toda uma existência que, em função da tendência inata para o amadurecimento, caminha na direção da integração num si-mesmo unitário.

O processo de temporalização é condição fundamental para a integração, para o alojamento da psique no corpo e ocorre através dos cuidados rotineiros. Tais cuidados, como por exemplo, os intervalos das mamadas, marcam e possibilitam a marcação do tempo (antes e depois), favorecendo a rotina e um sentido de permanência essenciais para o bebê. O desenvolvimento saudável do ser humano é linear, sem lacunas, é quando tudo transcorreu no seu próprio ritmo, sem interrupções. (Winnicott, 1948).

A temporalização não é a noção de tempo cronológico; o bebê precisa perceber que é formado por ritmos e datado pelas experiências – cuidados maternos. Todas essas circulações vão constituindo pequenas integrações. A mãe fornece o sentido do tempo subjetivo se adaptando ao tempo próprio da criança, sustentando o ritmo do seu bebê, através da amamentação, acompanhando-o no seu mundo e assim permitindo que ele se temporalize por ele mesmo.

Winnicott (1990) entende que personalização é a conquista de uma relação entre a psique e o corpo. Para ele a existência humana é essencialmente psicossomática, entende que a natureza humana é uma questão de psique e soma inter-relacionados. O soma é o corpo vivo que vai sendo personalizado à medida que é elaborado imaginativamente pela psique. O indivíduo só vive o real se conseguir o alojamento no próprio corpo (“eu moro em mim mesmo”); somente por esse processo ele se torna pessoa inteira.

O autor enfatiza que o manuseio da pele no cuidado do bebê é um fator importante no estímulo a uma vida saudável dentro do corpo da mesma forma como os modos de segurar a criança auxiliam o processo de integração.

A personalização e a capacidade de se relacionar com um objeto se desenvolvem como resultado de uma adaptação materna que Winnicott considera como essencial.

De início o relacionamento é com um objeto subjetivo²⁴, ou seja, a mãe chega ao bebê sem denunciar sua externalidade; gradualmente, com o desenvolvimento da capacidade de se sentir real e sentir que o mundo é real, estabelece-se a capacidade de se relacionar a um objeto percebido objetivamente, tendo uma existência exterior ao controle onipotente do indivíduo.

Para Winnicott, as questões da realidade devem ser apresentadas ao bebê de forma que ele possa suportar as falhas; na dose certa – o bebê deve continuar sendo apesar de não ter sido atendida sua necessidade.

Winnicott (1971, p.135) diz que as experiências de integração que ocorrem durante a primeira mamada teórica são as primeiras e inaugurais experiências de si mesmo, de ser como identidade. O autor destaca o papel do ambiente facilitador (“... alguns bebês têm a sorte de contar com uma mãe cuja adaptação ativa inicial à necessidade foi suficientemente boa” [ib.]” e os cuidados que favorecem o amadurecimento e as realizações - os processos de integração, de separação, de conseguir viver no corpo e relacionar-se com objetos.

A instalação do senso de realidade passa necessariamente pela aquisição da temporalidade e espacialidade, categorias, a priori, para a estruturação do pensamento e do acesso aos objetos compartilhados; ou seja, à própria objetividade que vem a ser a base para o pensamento científico, como afirma Winnicott. A falha na formação da objetividade é a raiz da formação das psicoses, pois o indivíduo fica exposto à onipotência da fantasia (subjetividade).

2.2 Estágio da Dependência e Independência Relativas

O estágio da dependência relativa é longo e possui várias conquistas: a transicionalidade, o uso do objeto, o estágio do EU SOU e o Concernimento.

²⁴ Garcia (2004) explicita esta questão destacando que o bebê winnicottiano não tem no período de dependência absoluta, capacidade para relacionar-se com objetos externos.

2.2.1 Estágio de desilusão, desmame e início das funções mentais

No estágio mais primitivo a mãe é adaptada às necessidades do bebê e, em razão disso, ele vive a ilusão de onipotência²⁵. Na fase de dependência relativa a criança percebe que algo que não é ela mesma começa a existir para ela, culminando na existência do eu separado do não-eu.

No processo de amadurecimento saudável, na passagem da dependência absoluta para a dependência relativa, a mãe começa a desadaptar-se e a desiludir o seu bebê. Quando se limita o mundo para a criança ela cresce.

Nesse momento do desmame, o bebê, mais integrado, afasta-se do mundo fusional com a mãe – quebra da ilusão de que ele está fundido no mundo. No momento, em que a mãe começa a falhar, as funções intelectuais do bebê são ativadas, este começa a desenvolver processos de previsibilidade, rudimentos da mente. A desilusão deve ocorrer num grau específico que não quebre a confiabilidade do bebê no ambiente, que não traga desesperança. A esse respeito, vemos em Dias (2003, pp.227-228):

O que caracteriza este estágio em que a desilusão se inicia [...] é o fato de que tem início uma desadaptação gradual da mãe com relação às necessidades do bebê. Se é saudável a mãe emerge naturalmente do estado de 'preocupação materna primária', cansada já do estreitamento de seu mundo e da extrema exigência que a dependência absoluta do bebê requer. Passam a ocorrer pequenas falhas [...] a desadaptação da mãe é imprescindível para o início do rompimento da unidade indiferenciada mãe-bebê, de modo a pôr em marcha o longo e vagaroso processo de separação que levará o pequeno indivíduo à integração em um eu unitário e separado, capaz de estabelecer relações com o não-eu ou o mundo externo.

Mais adiante, a autora esclarece que, para a teoria winnicottiana, com o tempo surgirá para a criança a compreensão de que a existência do mundo é anterior e independente dela; mas, a despeito da compreensão intelectual, o indivíduo retém a capacidade para a ilusão, exercendo sua criatividade.

²⁵ Winnicott diferencia ilusão de onipotência de sentimento de onipotência. A primeira é vivenciada se tudo ocorre naturalmente, no tempo certo e o segundo é o sentimento de “eu crio o mundo” (DIAS, 2003).

2.2.2 A transicionalidade

Objetos transicionais e fenômenos transicionais é um trabalho central na obra de D. W. Winnicott, significando um marco fundamental no processo de construção de sua teoria e a base sólida a partir da qual irá construir um pensamento próprio e original.

Segundo sua tese, a psicanálise tradicional não concedeu espaço nem empreendera esforços para a compreensão da experiência cultural e sua importância para o desenvolvimento humano. Winnicott teoriza o brincar que não tem nada a ver com o deslocamento da pulsão proposto por Sigmund Freud – sublimação. Considera que “a experiência cultural surge como extensão direta do brincar das crianças, e, em verdade, dos bebês, desde a idade do nascimento e talvez antes” (1968, p.160).

Desde a formulação deste conceito, em 1951, até a integração em uma teoria do *playing*, em 1971, na obra *O brincar e a realidade*, o autor procura caracterizar o lugar onde se dá o processo de emergência simultânea do sujeito e do mundo entendido como ambiente cultural compartilhado. Esse lugar é o espaço, ao mesmo tempo psíquico e real, no qual uma atividade – a brincadeira pode produzir-se caso as condições ambientais sejam favoráveis.

Para Winnicott, é uma atividade constitutiva de uma espécie de espaço e tempo psíquicos, tendo a importância do sonho no pensamento freudiano.

A noção de espaço potencial elucidada a totalidade do percurso de Winnicott, coroando suas abordagens da área intermediária de experiência entre realidade interna e realidade externa. O essencial da experiência nessa área reside na capacidade de se iludir.

Segundo Winnicott, não existe na realidade um contato direto do bebê com a mãe, mas a ilusão de contato, havendo, assim, um espaço potencial desde o começo. O ser humano, na sua compreensão, não consegue prescindir da ilusão de contato.

Na fase transicional o bebê começa a reconhecer o mundo, a se perceber separado da mãe e cria o objeto transicional. Em *O brincar e a realidade* (1971) Winnicott diz que o objeto transicional é usado para que o bebê possa dar conta da realidade. Nessa terceira área, de ilusão, de onipotência, o bebê pode sentir que o mundo é criado por ele, ocorrendo a materialização do seio, da mãe.

O objeto transicional é criado pelo bebê, mas este se relaciona com o objeto *como se fosse a mãe*. O bebê é o objeto, concebe e cria o objeto, desde que esse esteja presente.

Ao investigar a natureza dos fenômenos de transição, Winnicott enfatiza a ambiguidade que permeia toda a experiência – característica paradoxal – o bebê cria o objeto, mas o objeto estava ali, à espera de ser criado. Para o autor, o objeto transicional é a primeira possessão não-eu, primeiro uso de um símbolo, primeira experiência de brincadeira. A esse respeito, Parente (2006, p. 25) esclarece:

O espaço potencial é uma possibilidade psíquica que implica a capacidade de tolerar a ausência da mãe e encontrar algo da realidade pelo uso da capacidade imaginativa [...] O que Winnicott salienta é a importância do fenômeno da ilusão como possibilidade de o bebê poder lidar com o vazio e suportar a presença de uma ausência. Temos aqui a presença de algo que é da ordem do paradoxo, da ambigüidade, já que o objeto transicional é, ao mesmo tempo, eu-outro, dentro-fora, realidade-fantasia.

O uso de um objeto simboliza a união de duas coisas agora separadas – bebê e mãe – no ponto, no tempo e no espaço, do início de seu estado de separação. A imago do mundo interno é mantida viva por meio do reforço concedido pela disponibilidade da mãe com sua técnica de cuidado infantil, permitindo a continuidade de ser.

2.2.3 O estágio do uso do objeto

Winnicott distingue relação de objeto e uso do objeto considerando esta mudança uma das difíceis e importante conquista do processo de amadurecimento do ser humano. A relação de objeto é a base para o desenvolvimento da capacidade de usar o objeto. A relação de objeto pressupõe que o indivíduo se comunique com objetos subjetivos dentro da ilusão de onipotência; já o uso do objeto é descrito considerando-se a realidade externa e independente do objeto.

Para usar o objeto o bebê precisa desenvolver a capacidade de usar objeto – considerar o objeto uma coisa em si mesma, externa e separada dele (não uma entidade projetiva), fora do seu controle onipotente. Como descreve Winnicott (1968, p.174):

Não se pode dizer que para usar um objeto, o sujeito tem de ter desenvolvido uma *capacidade* de usar objetos [...] nem, tampouco, que o seu desenvolvimento em um indivíduo seja tomado por certo. O desenvolvimento de uma capacidade de usar um objeto é outro exemplo do processo maturacional como algo que depende de um meio ambiente facilitador.

Para Winnicott, a capacidade de usar objetos é mais sofisticada que a capacidade de relacionar-se com objetos observando-se a seqüência: 1. sujeito se relaciona com objeto; 2. objeto acha-se em processo de ser encontrado; 3. sujeito destrói o objeto; 4. objeto sobrevive, e 5. sujeito pode usar o objeto.

A mudança - do relacionar-se para o uso – significa que o sujeito destrói o objeto que sobrevive à destruição (sobreviver significa não retaliar). Aqui, segundo Winnicott (1968, p. 174), começa a fantasia para o indivíduo – ele agora pode usar o objeto que sobreviveu.

Esta é uma posição à qual o indivíduo pode chegar em estágios de crescimento emocional somente através da sobrevivência real dos objetos psicoenergeticamente investidos que estão, na ocasião, em processo de tornarem-se destruídos por serem reais e de se tornarem reais por serem destruídos.

O desenvolvimento deste reconhecimento instigou Winnicott a investigar as raízes da agressão e da destrutividade, levando-o à compreensão de que a destruição desempenha seu papel na constituição da realidade (situa o objeto fora do self), ou seja, a pulsão destrutiva cria a externalidade. Dias (2003, p. 250) ressalta que “[p]ela teoria do amadurecimento a capacidade para o amor só surge após a destruição, a sobrevivência do objeto e o advento da capacidade de destruir na fantasia inconsciente.” Mais adiante, prossegue a autora (ib.):

A capacidade para o uso do objeto, que inclui a destruição do mesmo enquanto subjetivo, é, talvez, a mais difícil e penosa conquista do amadurecimento. Se a mãe sucumbe à destruição, a criança não tem como operar essa passagem. Se ela sobrevive, ajudando a criança nas dificuldades específicas à fase, esta terá o tempo necessário para adquirir todas as formas de lidar com o choque de reconhecer a existência de um mundo situado fora de seu controle.

A mãe suficientemente boa poupa a criança da imprevisibilidade dessas mudanças. Assim, ela poderá brincar e experimentar tudo o que se encontra na sua realidade psíquica e criar um mundo subjetivo rico e criativo.

2.2.4 Estágio do EU SOU

Winnicott diz que o aspecto central do desenvolvimento humano é a chegada e a manutenção do estágio do EU SOU, que ocorre por meio de um ambiente facilitador e do cuidado materno. O potencial herdado que constitui o núcleo de uma pessoa não pode ser atualizado sem um ambiente adequado.

Nesse estágio, a criança já é capaz de perceber o que seu ambiente lhe forneceu, a tendência integradora leva o indivíduo a se constituir como unidade sendo esta uma das conquistas fundamentais para caminhar em direção à sua independência relativa.

A concepção de que o amadurecimento é regido pela tendência à integração numa unidade foi fruto de uma longa evolução do pensamento de Winnicott. Cada indivíduo está destinado a amadurecer e isto significa unificar-se e responder por um eu, como Dias (2003, pp.254-255) ressalta:

É neste estágio.[...].que ocorre a conquista da unidade num eu integrado [...] o eu alcançado, nesse momento, é o resultado do longo processo de integração que teve início no si-mesmo primitivo e não integrado: ao longo dos estágios iniciais, foram sendo integrados os vários aspectos da personalidade, incluindo aí o falso si-mesmo [...] o que significa que no EU, da identidade unitária, estão reunidos o verdadeiro e o falso si-mesmo ...

Entretanto, esta conquista ainda não faz do bebê uma pessoa inteira, é a posição a partir da qual a vida pode ser vivida e a condição necessária para o estágio do concernimento. É próprio da saúde experimentar a vida.

2.2.5 Mãe-objeto e Mãe-ambiente

Winnicott pressupõe a existência de duas mães para o bebê descrevendo-as como a diferença entre os dois aspectos do cuidado com o lactente: “chega o momento em que ele começa a perceber que existem aqui dois usos inteiramente diferentes da mesma mãe ...” (2000 [1954-5]). A mãe-objeto que satisfaz as necessidades do lactente – possui o objeto parcial que é utilizado pelo bebê – e a mãe-ambiente que provê o cuidado e manejo mantendo a estabilidade do ambiente.

Segundo Winnicott, o uso que o bebê faz nos seus impulsos da mãe-ambiente é diferente do uso que faz da mãe-objeto. A mãe ambiente recebe a afeição e a mãe objeto “se torna alvo da experiência excitante baseada na tensão crua do instinto” (1983 [1963], p. 72). Winnicott (2005 [1948], p. 46), esclarece que “[q]uando o bebê está livre e encontra o corpo da mãe, sente uma tensão instintiva e é subitamente dominado por um desejo esmagador de avançar neste impiedosamente (*Ruthlessly*)”.

O bebê incompadecido, até então não estava preocupado com os resultados da sua instintualidade - os ataques à mãe-objeto durante os momentos de tensão. A esse respeito, Garcia (2004, p. 41) escreve:

O bebê [...] começa a perceber que a mãe que ele ataca vorazmente, nos estados excitados é a mesma que cuida dele nos estados tranqüilos [...] A partir dessa percepção o bebê começa a ficar preocupado e responsabilizado pelo resultado do seu amor instintivo sobre a mãe e sobre si mesmo. Essa mudança envolve amadurecimento e cuidados maternos.

É importante ressaltar que antes da fase do uso do objeto não existe para o bebê discriminação entre o amor e o ódio e é aí que surge a ambivalência e ocorre a unificação dos dois impulsos.

A função da mãe é sustentar essas experiências, sobreviver; permitindo, assim, que o bebê tolere a ansiedade provocada pela própria destrutividade e ambivalência, integrando sua agressividade, coexistindo um relacionamento mais tranqüilo entre o bebê e a mãe-ambiente. Para Winnicott, “[a] ansiedade tolerada deste modo se torna alterada em sua qualidade e se torna sentimento de culpa” (1983 [1963], p. 73).

Dias (2003, p. 259) ressalta que, “[c]ompete à mãe não apenas continuar a manter o ambiente seguro e confiável, como a oferecer-se, ela mesma, como o objeto [...] destruído e alvo de preocupação.” A sobrevivência materna significa não retaliar nem agir com indiferença ao que se passa. Como Winnicott (1964, p.109) esclarece:

Ao acompanhar a criança, com sensibilidade, através dessa fase vital do início do desenvolvimento, a mãe estará dando tempo ao filho para adquirir todas as formas de lidar com o choque de reconhecer a existência de um mundo situado fora do seu controle mágico. Dando-se tempo para os processos de maturação, a criança se tornará capaz de ser destrutiva e de odiar, agredir e gritar, em vez de aniquilar magicamente o mundo. Dessa maneira a agressão concreta é uma realização positiva.

A circunstância favorável nesse estágio consiste em que a mãe continue viva e disponível. A mãe-objeto tem que sobreviver a instintualidade – o movimento de destruição não acaba com o objeto (sobrevivência da mãe)²⁶ –, o bebê então cria a noção de que aquilo que ele destrói não está fora dele, diferenciando assim o dentro e o fora. A mãe-ambiente tem a função de continuar a ser empática provendo os cuidados e recebendo o gesto espontâneo do seu bebê.

Quando a experiência do concernimento se desenvolve sem problemas, o bebê adquire a capacidade para sentir culpa ter esperança e sentir-se seguro quanto à própria destrutividade; a vida instintual será ativa e “a criança poderá então amar e odiar simultaneamente, aceitando essa contradição” (MORAES, 2005, p. 214).

²⁶ O objeto não é destruído pela sua capacidade de sobreviver.

Se entender que a sua destrutividade não destrói, o bebê conseguirá distinguir a fantasia da realidade. Para Winnicott, só a partir da fase do uso do objeto é que se pode falar em fantasia inconsciente²⁷, decorrente dessa discriminação entre realidade e fantasia.

2.2.6 Estágio do Concernimento

... eu me preocupo muito com o desenvolvimento da capacidade para a preocupação (concern).

Winnicott

O estabelecimento do círculo benigno depende da sobrevivência da mãe. Se a mãe acolhe, por um longo tempo, e aceita os atos reparatórios²⁸ do bebê, este pode assumir a própria agressividade tão necessária para a vida. A destrutividade da criança vai sendo integrada por meio da repetição do ciclo benigno. A esse respeito, Winnicott (1983 [1963], p. 77; grifo meu) esclarece que:

[a] capacidade de se preocupar não é só um nó maturativo mas depende também, para sua existência, de um ambiente emocional que seja suficientemente bom *por certo período de tempo*.

Mediante um ambiente que possibilite à criança a continuidade de ser, desenvolvem-se suas capacidades de sentir culpa, ser concernido, ser ambivalente e deprimir-se; “[a] criança acaba por memorizar as experiências sentidas como boas, a ponto de a experiência da mãe sustentando a situação no tempo se tornar parte do eu e ser assimilada dentro do ego...” (Moraes, 2005, p. 216). Dessa forma, a criança terá, cada vez menos, necessidade da mãe real, adquirindo a capacidade para sustentar a ansiedade e a esperança por determinado tempo. Winnicott (1954-5, p. 365) afirma que:

²⁷ Temo diferenciado por Winnicott da elaboração imaginativa que é um processo primário, dos estágios iniciais, e que dá sentido humano às experiências corporais.

²⁸ Winnicott (1963), ao apontar para o impulso destrutivo, aponta também para o impulso reparador.

... toda criança tem o potencial de desenvolver um sentimento de culpa [...] não há criança humana incapaz de encontrar um sentimento pessoal de culpa se lhe for dada a oportunidade [...] para alcançar a posição depressiva...

A criança saudável tem uma fonte própria de culpa e não necessita ser ensinada. Winnicott ressalta que algumas crianças não alcançam esse estágio, são destituídas desse sentimento; exemplifica o fracasso citando as crianças anti-sociais; Dias (2003, p. 264-5), explica:

Na teoria winnicottiana, é assim que se constitui o fundamento de uma moralidade pessoal, que não é imposta de fora nem ensinada, que não é simplesmente intelectual e aprendida, mas que emerge naturalmente a partir da “bondade originária”, ou seja, da confiabilidade ambiental. É essa experiência que, dando sustentação ao crescimento pessoal, leva à consciência da existência do outro e à capacidade para a identificação cruzada, que é um pôr-se no lugar do outro.

Quando, devido às falhas ambientais, o círculo benigno não se estabelece ou é *quebrado* para o bebê, a mãe não sobreviveu aos seus ataques e impulsos destrutivos – sua destrutividade destrói –, ocorre então a inibição dos instintos, empobrecimento da personalidade, perda da capacidade para sentir culpa; na vida adulta poderá vir a ter prazeres sensuais instintivos porém, o indivíduo perde a capacidade de amar com afeição. A esse respeito Winnicott (2005 [1948], p. 46), observa que

[e]sta é uma situação difícil, inerente ao desenvolvimento de todas as crianças, e todas elas têm de chegar a um acordo com esta situação, com a ajuda da mãe e das suas experiências amorosas com o bebê. A vida de uma pessoa pode ser perturbada por muitos anos em virtude de dificuldades que se iniciam nesta época precoce. Consequentemente, eu me preocupo muito com o desenvolvimento da capacidade para a preocupação [*Concern*], com os grandes problemas que esta capacidade desperta relacionados ao desenvolvimento de um senso de culpa na criança o que é um grande passo para frente.

Moraes (2005, p. 220), cita Winnicott (1963), ao escrever sobre a criança e seu desenvolvimento para o estágio do concernimento: “uma condição para a conquista do concernimento é a passagem pelos estágios iniciais *sem demasiados problemas...*” (grifo da autora). Winnicott (2000 [1954-5] p. 360) esclarece:

Estamos examinando a psicologia do estágio que acontece imediatamente depois do novo ser humano ter alcançado o *status* de unidade [...] Gostaria de deixar aqui a observação de que quanto mais recuarmos na história individual, mais verdadeira se torna a proposição segundo a qual não há sentido em falarmos sobre o indivíduo sem considerarmos um ambiente suficientemente bom que se adapte às suas necessidades.

A capacidade para o concernimento resulta de um cuidado suficientemente bom e seu desenvolvimento está ligado à saúde psíquica. No desenvolvimento emocional, certas condições externas são necessárias para o amadurecimento pessoal. Como Winnicott diz:

A provisão ambiental continua a ser vitalmente importante aqui, embora o lactente esteja sendo capaz de possuir uma estabilidade interna que faz parte do desenvolvimento da independência (1983 [1963], p.72).

Assim, mediante esses cuidados, o bebê alcança, em algum grau, o estatuto de um EU unitário como também já pode realizar a tarefa de integração da vida instintual. Esses seriam os pré-requisitos para a entrada no estágio do concernimento.

O bebê aqui já percebe a si mesmo como uma unidade e à mãe como pessoa separada, inicia a integração da instintualidade como parte do seu eu. A criança percebe que ama e odeia o mundo fora dela e a realidade²⁹ de que possui impulsos amorosos e destrutivos para com o mesmo objeto. Dessa forma, vê-se preocupada pelo amor e pelo ódio. Winnicott é enfático ao afirmar que só a sustentação ambiental permite esta relação.

Portanto, o concernimento (*Concern*), considerado por Winnicott como uma experiência que demanda certo desenvolvimento emocional, surge com a integração

²⁹ A fase do uso do objeto propicia ao bebê a discriminação dentro e fora (WINNICOTT, 1983 [1963]).

da mãe-ambiente e mãe-objeto na mente do bebê. É nesse estágio que ocorrem alterações importantes no mundo interno da criança em função do seu amadurecimento pessoal.

Para ele, o termo concernimento é utilizado para dar conta, de um modo positivo, do fenômeno que é abarcado negativamente pela palavra “culpa”. O concernimento implica uma maior integração e relaciona-se a um sentimento de responsabilidade; refere-se ao fato de que o indivíduo se importa ou se preocupa, aceitando a sua responsabilidade.

Winnicott (1983 [1963], p.71) diz que nesta fase a relação é eminentemente dual, mas, embora tente situar a época em que o momento ocorre, acredita que não exista uma precisão absoluta uma vez que o amadurecimento do ser humano acontece ao longo da vida:

Há uma boa razão para se acreditar que preocupação – com seu aspecto positivo – emerge no desenvolvimento emocional inicial da criança em um período anterior ao do clássico complexo de Édipo, que envolve um relacionamento a três pessoas, cada uma sendo percebida como uma pessoa completa pela criança. Mas não há necessidade de ser preciso sobre a época, e na verdade a maioria dos processos que se iniciam no início da infância nunca está completamente estabelecido e continuam a ser reforçados pelo crescimento que continua posteriormente na infância e através da vida adulta, até mesmo na velhice.

A elaboração da capacidade para o concernimento é longa ³⁰ e é o fundamento para a capacidade de brincar e, posteriormente, trabalhar. Em texto escrito em 1963, Winnicott diz que a preocupação é a base da família, é o desenvolvimento da preocupação e valorização pela outra pessoa. A capacidade de envolvimento, para o autor, é essencial para o brincar criativo e o trabalho.

Para Winnicott, um desenvolvimento emocional imbuído de complexidade não se realiza sem um ambiente estável e confiável que é representado pela sobrevivência da mãe; além disso, afirma que “enquanto a criança não tiver colecionado suficiente material mnemônico, não há lugar para o desaparecimento da mãe” (id., 2000 [1954-5], p. 362).

³⁰ Dias (2003) esclarece que entre a condição de incompadecido e a posterior capacidade de sentir-se preocupado é possível encontrar sinais esparsos de culpa aos seis meses, ou, antes de um ano, sendo o ápice do processo por volta de dois anos e meio, embora não se estabeleça de forma consistente antes dos cinco.

A criança necessita exercer sua impulsividade, mas necessita acreditar na possibilidade de reparação, no esforço construtivo, crença que lhe é fornecida pelos cuidados e condições externas. Estabelece-se, assim, um círculo benigno, como explica Winnicott (2000 [1954-5], p. 365):

A conseqüência do fortalecimento dia após dia do círculo benigno é a de que o bebê torna-se capaz de tolerar o buraco (resultado do amor instintivo). Aqui estará a origem do sentimento de culpa. Esta é a única culpa verdadeira, visto que a culpa implantada é falsa para o eu.

O bebê que é sustentado por uma mãe que se adapta às suas necessidades, ao longo dessa fase da sua vida,³¹ pode organizar as conseqüências de sua instintualidade. Winnicott (2000 [1954-55], p. 356), explica:

A mãe sustenta a situação e o faz de novo, num período crítico da vida do bebê. A conseqüência é a de que algo pode ser feito a respeito de alguma coisa. A técnica materna permite que o amor e o ódio coexistentes no bebê se distingam um do outro, e que em seguida venham a se inter-relacionar e tornem-se gradualmente controláveis a partir de dentro, de um modo que chamamos de saudável³².

Winnicott dirigiu esforços no sentido de apontar a importância da aquisição da capacidade de concernimento para o desenvolvimento de um senso de moral, ética e consideração pelo outro. Destacou o papel do ambiente (*holding*) para que o concernimento seja alcançado e estabelecido. Segundo seu pensamento, as falhas, as situações traumáticas, impediriam a conquista do concernimento dando lugar às patologias depressivas.³³ Entretanto, prevalece a ideia que a depressão é sinal de saúde, pois, para que aconteça, já existe a unidade da personalidade e muitas tarefas do amadurecimento pessoal do ser humano foram conquistadas.

³¹ Winnicott (1954-5) introduz a importância do *fator tempo*.

³² Em nota de rodapé, no mesmo texto, Winnicott afirma: “É aqui que iremos encontrar a origem da capacidade para a ambivalência.” entendida por ele como uma “[...] aquisição no desenvolvimento emocional” (p.356).

³³ A esse respeito Moraes (2005, p. 237) diz: “a origem da depressão está associada ao estágio do amadurecimento em que a conquista do concernimento é a tarefa fundamental do bebê”.

2.2.7 O Estágio Edípico

A criança, nessa etapa, já adquiriu a capacidade para o concernimento e, mediante um ambiente confiável, sedimentou as bases da sua personalidade, ou seja, constituiu-se como pessoa inteira e se relaciona com outras pessoas sentidas como inteiras ³⁴ (*whole persons*).

Por acreditar que a criança já deve ter passado por certo desenvolvimento, Winnicott discorda de Melanie Klein, pois acredita que “alguma coisa se perde quando o termo ‘Complexo de Édipo’ é aplicado às etapas anteriores, em que só estão envolvidas duas pessoas” (1990, p. 67). Mais adiante (ib.), o autor explicita:

Não posso ver nenhum valor na utilização do termo “Complexo de Édipo” quando um ou mais de um dos três que formam o triângulo é um objeto parcial. No Complexo de Édipo, ao menos do meu ponto de vista, cada um dos componentes do triângulo é uma pessoa total, não apenas para o observador, mas especialmente para a própria criança.

O olhar de Winnicott para a complexidade desta etapa difere significativamente do da psicanálise tradicional (Freud e Klein); para ele a ansiedade de castração “permite à criança continuar viva, ou deixar que o pai viva” (1990, p. 67). Representa, dessa forma, um ganho em saúde, até mesmo porque, para alcançar esta etapa do processo de amadurecimento humano, a criança já conquistou a integração da sua personalidade, tendo um desenvolvimento anterior saudável. Como afirma o autor (1990, p. 68):

Quando este estágio é alcançado de um modo relativamente aberto (considerando-se um desenvolvimento saudável até então), a criança tornar-se-á capaz de tolerar os sentimentos humanos mais intensos sem construir defesas excessivas contra a ansiedade, na verdade contra a ansiedade de castração, ansiedade que surge dos desejos de morte inerentes ao Complexo de Édipo. O anormal aponta para o normal.

³⁴ Cf. DIAS (2007) O indivíduo só se torna uma pessoa inteira após integrar-se numa identidade unitária, integrando também a sua instintualidade; é preciso que ele saiba das conseqüências de estar vivo, ter apetites e leve em consideração o outro como pessoa.

CAPÍTULO III

ADOLESCÊNCIA

[...] esse período da vida tem que ser vivido. É essencialmente um período de descoberta pessoal. Cada indivíduo está empenhado numa experiência vital, um problema de existência, e de estabelecimento de uma identidade.

Winnicott

Winnicott escreveu sobre temas relacionados à adolescência, gerando uma significativa produção cultural sobre o assunto. No início dos anos 1960, época marcada por um interesse mundial pelo tema, num contexto histórico social em que os jovens começavam a se fazer “ouvir”, o autor realizava estudos sobre essa fase do desenvolvimento considerando os adolescentes personagens importantes.

Para o psicanalista, a constituição do ser humano é oriunda de um processo contínuo do desenvolvimento emocional iniciado antes do nascimento prosseguindo, ao longo da vida, até a morte. Somos, portanto, pessoas em constante processo evolutivo. A adolescência constitui-se então num processo que determina para cada ser humano sua identidade sexual, profissional e ideológica.

A abordagem de Winnicott sobre o desenvolvimento adolescente perpassa por diversos fatores que foram destacados por ele em um simpósio realizado na *British Student Health Association* (1975 [1968], p. 187-88):

- o desenvolvimento emocional do indivíduo;
- papel da mãe e dos pais;
- a família como um desenvolvimento natural, em função das necessidades da infância;
- o papel das escolas e outros grupamentos vistos como extensões da idéia familiar e como realce dos padrões familiares estabelecidos;
- o papel especial da família em sua relação com as necessidades do adolescente;
- a imaturidade do adolescente;
- a consecução gradativa da maturidade na vida do adolescente;
- a consecução, pelo indivíduo, de uma identificação com grupamentos sociais e com a sociedade, sem perda excessiva de espontaneidade pessoal;
- a estrutura da sociedade, sendo esta palavra utilizada como substantivo coletivo, sociedade composta de unidades individuais, maduras ou imaturas;

- as abstrações da política, da economia, da filosofia e da cultura, vistas como culminação de processos naturais de crescimento;
- o mundo como superposição de um bilhão de padrões individuais, uns sobre os outros.

A adolescência, como período de transição, momento decisivo de passagem do mundo infantil para o mundo adulto, proporciona ao jovem uma tarefa, um desafio e a oportunidade de buscar sua liberdade de expressão, adquirindo maior confiança em si mesmo. Os adolescentes, além da turbulência inerente a esse estágio de desenvolvimento, vivenciam as alterações psicológicas, físicas e hormonais.

Os adolescentes emergem da infância em direção a um lugar no mundo adulto, ou seja, se afastam da dependência do meio familiar. Para Winnicott, o crescimento é questão de um complexo entrelaçamento com o meio ambiente facilitador, ou seja, a família e pequenas unidades sociais podem acolher e ser continentes ao processo de crescimento do adolescente.

Na puberdade, ocorre o aparecimento de um novo impulso instintual, que é biológico. Para Winnicott, o menino desenvolve uma nova forma de genitalidade física e excitabilidade; a menina experencia a menstruação e uma nova onda de sentimento nos relacionamentos pessoais, tendo, ainda, que lidar com o desenvolvimento dos seios - objeto de orgulho ou de vergonha. A puberdade coloca aos meninos e meninas a necessidade de ver o mundo sob nova orientação. A esse respeito Dias (2003, p. 292) esclarece:

Se, na época da puberdade, a sexualidade não estiver madura, o indivíduo não estará capaz de enfrentar as importantes e difíceis mudanças físicas associadas a essa e ao próprio amadurecimento pessoal que eclode na adolescência. Mesmo na criança saudável não há como escapar das ansiedades decorrentes dessa passagem, mas o modo como o indivíduo lidará com elas depende essencialmente do padrão que foi estabelecido anteriormente, na infância.

Mais adiante, reportando-se ao pensamento de Winnicott, a autora (2003, p. 292) ressalta a importância da sobrevivência a essa fase:

Se não há cura para a puberdade ou adolescência, e a única coisa a fazer é dar tempo ao tempo e sobreviver à turbulência que poderá, inclusive, ser tanto maior quanto melhor tiver sido o começo, uma vez que o sentido de liberdade e de riqueza pessoais não tornam as coisas simples.

Os cuidados iniciais habilitam o adolescente para lidar com as adversidades, ansiedades intoleráveis e as mudanças corporais. As angústias vivenciadas pelo adolescente são repetições daquelas vividas nos estágios mais primitivos pois, são similares o sentimento de irrealidade vivenciado e a luta para sentir-se real (Dias, 2003).

Evidencia-se a função da família enquanto instituição que preserva e transmite valores, códigos morais e éticos possibilitando a formação da identidade do adolescente, entendendo-se a construção da identidade como um processo contínuo, fruto do amadurecimento emocional do ser humano e da pertinência do indivíduo a um grupo social.

O adolescente precisa ser acolhido pelo meio social. O problema é a falta de instituições, de referências que ofereçam um lugar valorizado, um espaço social ao jovem. O resultado é um vazio angustiante aliviado pela sensorialidade excitante (Minerbo, 2007).

A família e os cuidados suficientemente bons que oferece podem ser facilitadores ou impeditivos desse processo de construção da identidade e qualificação de um projeto de vida. Dessa forma, é muito importante para o adolescente poder contar com a presença de um adulto confiável e maduro que atenda às suas necessidades e imponha limites.

Winnicott destaca o compromisso da sociedade em relação ao adolescente: deter e conter seus impulsos, evitando a falsa solução e a indignação moral causada pelo ciúme do adulto que não teve oportunidade de vivenciar a própria adolescência; ser rebelde e desafiador. A turbulência natural do jovem, ao qual foi permitido viver essa etapa da vida, leva essas pessoas a buscar soluções falsas para os adolescentes.

O autor critica assim, os meios de comunicação e pessoas com influência social da época que valorizam cada ato de manifestação antissocial do adolescente, que é potencial em quase todos os jovens nessa fase do amadurecimento pessoal.

A cura da adolescência vem com o passar do tempo e do gradual desenrolar dos processos de amadurecimento que, conduzem ao aparecimento da pessoa

adulta. Processos estes que não podem ser acelerados nem atrasados. A esse respeito, Winnicott (1994 [1964], p.249) ressalta que

A única cura para a adolescência é a passagem do tempo, a passagem de três a seis anos ao final dos quais o adolescente torna-se um adulto, isto é, torna-se capaz de identificar-se com figuras parentais e com a sociedade sem a adoção de falsas soluções.

O autor problematiza e prioriza, nas suas pesquisas, dois aspectos fundamentais para o estudo do processo adolescente, assim como para a compreensão da delinquência: o primeiro é quando ressalta a importância de uma análise cuidadosa do contexto histórico- social em que o adolescente está inserido e o segundo é o espaço relevante que atribui ao ambiente familiar que deve ser suficientemente humano e forte para conter as angústias naturais da adolescência. Uma citação de Winnicott (1999 [1961], p. 164-65) ilustra este ponto de vista:

O papel desempenhado pelo meio ambiente é muitíssimo significativo nesse estágio [...] Grande parte do trabalho de um psiquiatra concerne às dificuldades que surgem em relação às falhas e omissões ambientais nesta ou naquela fase, e esse fato só acentua a importância vital do ambiente e do contexto familiar [...] mesmo quando o ambiente facilita os processos de maturação, cada adolescente ainda tem muitos problemas pessoais e muitas fases difíceis a transpor.

Outro aspecto importante a ser considerado é o isolamento do adolescente condição necessária para que ele venha, futuramente, manter relações mais estáveis como, também, provocar a adesão do jovem aos grupos. Assinalando uma questão social importante, Winnicott (1990, p. 173) escreve que:

Ao observarmos o *adolescente*, vemos a gradual ampliação do grupo com o qual o indivíduo é capaz de se identificar sem perder sua identidade pessoal. A base para o grupo é a vida em família, e sabemos o quanto é conveniente para o adolescente que o lar original continue a existir, de modo que ele possa rebelar-se contra o mesmo tanto quanto utilizá-lo, e de modo a que possam ser feitas experiências com grupos diferentes e mais amplos sem a perda do grupo original que possui uma pré-história, ou seja, que existia nos primeiros anos de formação do indivíduo antes da latência (grifo do autor).

Nessa etapa do amadurecimento, existe um código moral próprio, muitas vezes às avessas, daquilo que é certo e errado, bem e mal. A rebeldia e a transgressão decorrem de uma busca de um si-mesmo integrado, e o adolescente tenta ao máximo ser fiel aos seus princípios, mesmo que isso sobrevenha às conseqüentes dificuldades no convívio familiar e social. Dias (2003, p.293), chama a atenção para os riscos aos quais o adolescente está submetido:

... surge uma potência nova e assustadora, uma vez que aquilo que pertencia ao domínio da fantasia pode agora tornar-se realidade concreta: o poder de destruir, e até de matar, a possibilidade de prostituir-se, engravidar, enlouquecer com drogas, suicidar-se.

O equilíbrio no lar, presença de pessoas amorosas que sejam referência afetiva e exerçam autoridade, sem autoritarismo, são fundamentais para que o jovem possa “adolescer”³⁵, para que ele tenha a chance de viver, descobrir a si mesmo e ao mundo. Sabemos entretanto, que para o adolescente sem recursos socioeconômicos as chances de viver essa adolescência são quase inexistentes.

Winnicott considera a adolescência um fenômeno normal e uma importante fase do desenvolvimento humano. Segundo essa concepção, os adolescentes não são um problema, uma vez que a maioria deles tornar-se-á adulta socializada, independente e responsável perante sua vida, dependendo da provisão ambiental recebida desde o início do seu desenvolvimento emocional.

O autor é veemente ao afirmar que o adolescente é imaturo, condição essencial de saúde nessa etapa. Prossegue seu pensamento dizendo que “[s]ó há uma cura para a imaturidade, e esta é a passagem do tempo, e o crescimento em maturidade que o tempo pode trazer” (1971, p. 198). O importante é o adolescente poder ser imaturo e irresponsável, tendo adultos por perto que garantam essa possibilidade e até mesmo possam crescer com a adolescência do filho.

Como bem escreve Ribeiro (2004, p. 115), realizando uma leitura de Winnicott, a sociedade precisa do adolescente e de seu idealismo, próprio da etapa do seu desenvolvimento, para que ele “estremeça todas as estruturas

³⁵ Expressão utilizada por Outeiral (1994).

estabelecidas”, a fim de se preservarem a originalidade e a construção de planos sociais criativos.

A autora (p. 115; grifo meu) prossegue, comentando Winnicott de forma esclarecedora:

O autor (Winnicott) prossegue afirmando que as gerações mais velhas precisam sobreviver aos “desmoronamentos” e sustentar, a seu modo, a irresponsabilidade (e, acrescento, os sonhos) dos adolescentes, permitindo-lhes continuar a ser criativos, pois ainda não precisam ter uma visão a longo prazo como os que já viveram muitos anos. E, principalmente, *cabe aos jovens abrir frestas para que o novo possa respingar nas estruturas cristalizadas pela mesmice.*

Winnicott, na extensão da sua obra, destaca a importância da família e do meio ambiente para o crescimento emocional do ser humano. No período da adolescência, o entorno familiar, os limites bem definidos, o ambiente acolhedor e facilitante são fundamentais para que o jovem experiencie sua vida espontaneamente, sem crescer prematuramente, como também o protegem, mesmo que parcialmente, de diferentes situações perigosas às quais está vulnerável, como o uso de substâncias psicoativas, a promiscuidade sexual ou o sexo sem proteção, a gravidez ou casamento precoces, a adesão a grupos marginais etc.

CAPÍTULO IV

A TENDÊNCIA ANTISOCIAL EM WINNICOTT

A tendência antissocial implica em esperança. A falta de esperança é a característica central da criança deprivada [...]. A compreensão de que o ato antissocial é uma expressão de esperança é vital para o tratamento das crianças que apresentam essa tendência.

Winnicott

Como surgiu esse conceito na obra de Winnicott? A realidade por ele vivida no período da Segunda Guerra Mundial proporcionou uma singular experiência no tratamento de crianças que sofreram de privação e se tornaram delinquentes. Clare Winnicott esclarece (1983, p. XII) esse aspecto da obra winnicottiana na introdução do livro *Privação e delinquência*:

A experiência de evacuação teve um efeito profundo em Winnicott, pois teve de enfrentar, de um modo concentrado, a confusão gerada pela desintegração maciça da vida familiar, e teve de vivenciar o efeito da separação e perda – e de destruição e morte. As reações pessoais sob a forma de comportamento bizarro e delinquente tiveram de ser controladas, circunscritas e gradualmente compreendidas por Winnicott, trabalhando com uma equipe local. As crianças com quem ele trabalhou tinham chegado ao fim da linha; não tinham mais para onde ir, e como mantê-las tornou-se a principal preocupação de todos os que tentavam ajudá-las.

Até então, Winnicott, centrava seu trabalho na prática clínica e hospitalar. Com a eclosão da guerra, aprofundou seus estudos sobre a teoria do amadurecimento pessoal e delinquência, pesquisa facilitada pelo contato com crianças desapossadas quando assumiu a Consultoria de Evacuação.

Clare Winnicott afirma que o trabalho com crianças desapossadas “deu uma dimensão inteiramente nova ao pensamento de Winnicott e à sua prática, e afetou seus conceitos básicos sobre crescimento e desenvolvimento emocionais” (1983, p. XIV). Winnicott refere-se à contribuição dada no dia “em que subitamente, em uma

palestra, descobri-me dizendo que o ato antissocial de delinquente pertence ao momento de esperança” (1967, p. 439). As reflexões do autor conduziram-no à expressão “tendência antissocial”.

Loparic (2002, p. 5) situa historicamente o pensamento e a compreensão de Winnicott sobre a tendência antissocial:

A partir do início dos anos 1940, ele passara a sustentar que a tendência antissocial, os comportamentos delinquentes e os distúrbios de caráter (psicopatias) decorrentes dela são causados pela falha ambiental ocorrida num estágio de dependência relativa, no qual o indivíduo já adquiriu a organização egoica suficiente para perceber o fato da deprivação (*deprivation*) efetiva (perda de um objeto ou de um quadro de referência que já foi experienciado como bom e disponível para avaliar que a responsabilidade pela perda era do ambiente (que este ficou lhe devendo algo).

O filósofo prossegue (ib.) observando que o psicanalista inglês compreende a etiologia da delinquência em termos de “... necessidade pessoal de asseguramento e de perda de confiança no ambiente, com a conseqüente crise, relativa ao autocontrole e à identidade pessoal”. Assim, o ambiente tem muita importância na constituição do si-mesmo, e a origem da tendência antissocial está nas falhas ambientais.

Ao desenvolver seu conceito de tendência antissocial, em 1956, Winnicott abriu uma possibilidade para a compreensão dessa situação emocional e as conseqüências que ela poderá acarretar para a vida dos indivíduos. Em um artigo intitulado “Tendência antissocial”, escrito neste mesmo ano, Winnicott relata o caso de um menino delinquente, cujo tratamento clínico foi interrompido por determinação da clínica onde as sessões ocorriam “... para não prejudicar os demais pacientes” (ib., p. 406). O autor descreve outra história de uma paciente destacando que “... o tratamento está acoplado a um cuidado ambiental especializado” (ib., p. 407).

Winnicott afirma que é preciso estar atento e observar a época do processo de amadurecimento em que o ambiente não conseguiu assegurar à criança a continuidade de ser. O fracasso ambiental ocorrido na etapa da dependência relativa envolve o conceito introduzido por Winnicott – deprivação –; este período abrange, aproximadamente, dos dez meses aos três anos.

Na base da tendência antissocial, encontramos uma experiência inicial satisfatória e, em seguida, ocorre uma omissão ambiental. O ambiente bom foi substituído por uma reação à falha nos cuidados, numa época em que o bebê consegue distinguir que essa falha provém do meio. No estágio inicial, o bebê reage à não confiabilidade no processo de cuidados, cada reação sendo uma interrupção no *vir-a-ser*. O comportamento antissocial é compreendido como sintoma decorrente da descontinuidade ambiental. Para Winnicott (1983 [1963], p. 203),

[e]ste é o ponto de origem da tendência antissocial, e aí se inicia o que toma conta da criança sempre que ela se sente esperançosa, e compele-a para uma atividade antissocial até que alguém reconheça e tente corrigir a falha do ambiente. Uma falha ocorreu na história da criança e foi realmente significativa e mal ajustada às necessidades essenciais da criança. Ironicamente, a criança que é compelida a proclamar e reclamar essa queixa na sociedade é chamada de mal-ajustada.

Assim, “[q]uando ocorre tendência antissocial, *aconteceu uma privação propriamente dita* (não uma simples privação)”, ou seja, ocorreu a perda de algo anteriormente positivo para a criança. Para Winnicott, a definição de privação inclui “tanto a situação tardia como a anterior, tanto o trauma específico quanto a situação traumática que se prolonga no tempo, e também simultaneamente a condição quase normal e a claramente anormal” (2000 [1956], p. 410; grifo do autor).

Davis e Wallbridge (1982, p. 169) ressaltam a importância da estabilidade familiar, destacando-a como um dos fatores desencadeantes da tendência antissocial: “A tendência antissocial que se manifesta na delinquência (onde há esperança) surge da privação em uma idade precoce, e a privação muitas vezes consiste na ausência de um ambiente indestrutível que torna possível o comportamento impulsivo.”

Frente à privação sofrida no estágio de dependência relativa, o indivíduo terá posteriormente significativa dificuldade para lidar com seus conflitos. Winnicott (1939, p. 32) considera como “uma característica conhecida do ser humano o tornar-se irreverente sob a ameaça de um sofrimento que ele não consegue tolerar”.

A privação é decorrente de uma falha da provisão ambiental ocorrida num momento precoce do processo de amadurecimento que a criança já é capaz de

reconhecer que esse fracasso é resultante do ambiente externo, ou seja, no estágio de dependência relativa (1961, p. 54):

A deprivação alterou a vida da criança; causou-lhe aflição intolerável, e a criança está com razão em reclamar o reconhecimento do fato de que “as coisas estavam bem e, depois, não ficaram bem” e de que isso constitui um fator externo, fora do controle da criança.

No artigo intitulado “A psicoterapia de distúrbios de caráter”, Winnicott (1999 [1963], p. 281) destaca a deprivação sofrida pela criança e a impossibilidade de a vida familiar superar esse fracasso ambiental:

Por trás do desajustamento de uma criança está sempre um fracasso do meio ambiente em ajustar-se às necessidades absolutas da criança numa época de relativa dependência [...]. Depois, pode-se acrescentar um fracasso da família em curar os efeitos dessas deficiências ...

A esse respeito, Moraes (2005, p. 111) explica:

Uma quebra na continuidade é um forte indicativo de que, por um período de tempo, o bebê esteve recebendo um suprimento ambiental que correspondia às suas necessidades vitais e, em função disso, podia ser e construir o sentimento de confiabilidade em sua existência – algo rudimentar como o sentimento de eu existo –, mas, por algum motivo desconhecido à pessoa, uma inconfiabilidade se instalou. Há uma falha na adaptação materna que rompe a continuidade da linha de desenvolvimento e, conseqüentemente, destrói esse sentimento de confiança no existir.

Entretanto, o papel a ser desempenhado pelo ambiente é compreender as manifestações antissociais como manifestação da esperança, ir ao encontro desse momento, acolher a criança e o adolescente correspondendo às expectativas, realizando um manejo tolerante, para assim evitar um distúrbio mais profundo.

Garcia (2004 p. 106) explica as duas formas de deprivação descritas por Winnicott:

Através do conceito de tendência antissocial, Winnicott chegou às raízes da delinquência, postulando que na origem deste distúrbio há sempre uma privação [...] distinguiu duas formas de privação: uma em termos da perda da adaptação materna, na qual a criança é traumatizada no sentido da “quebra da fé” e perde a capacidade de encontrar objetos criativamente, e a outra em termos da perda da segurança paterna, na qual a criança inibe os impulsos, perdendo a capacidade de explorar atividades destrutivas relacionadas à experiência instintiva.

O comportamento antissocial também se refere à rebeldia natural das crianças saudáveis, expressando-se por furtos, mentiras, enurese noturna, comportamentos destrutivos, dentre outros. Loparic (2002, p. 4) esclarece que

[d]esde 1923, Winnicott constatou a existência de várias manifestações do que ele posteriormente chamará de tendência antissocial, que compreendiam, num extremo, a avidez (*greediness*) e a enurese e, no outro, a delinquência, os distúrbios de caráter e todos os tipos de psicopatia, incluindo ainda os casos de furto e as mentiras.

Winnicott compreendia o furto como o “centro da tendência antissocial, associado à mentira. A criança privada torna-se desesperançada, mas, se recebe condições ambientais favoráveis, pode resgatar sua esperança. Nesse aspecto, a criança que furta um objeto não está desejando o objeto roubado, mas a mãe, sobre quem ela tem direitos” (1999 [1956], p. 141). A impulsividade da criança é compreendida pelo autor como a busca por um ambiente que suporte e sobreviva à tensão resultante da sua destrutividade:

Existem sempre duas direções na tendência antissocial, embora às vezes uma seja mais acentuada do que a outra. Uma direção é representada tipicamente pelo roubo e pela destrutividade. *Numa* direção, a criança procura alguma coisa, em algum lugar, e não a encontrando busca-a em outro lugar, quando tem esperança. Na *outra*, a criança está procurando aquele montante de estabilidade ambiental que suporte a tensão resultante do comportamento impulsivo. É a busca de um suprimento ambiental que se perdeu, uma atitude humana que, uma vez que se possa confiar nela, dê liberdade ao indivíduo para se movimentar, agir e excitar-se. (1999 [1956]; p. 140-41; grifo do autor)

Nessa linha, Dias, num artigo intitulado “Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento” (1999, p. 12) esclarece: “Para Winnicott, é a atitude do ambiente

com relação à agressividade do bebê que influencia de maneira determinante o modo como este irá lidar com a tendência agressiva que faz parte da sua natureza humana”.

Cabe ainda esclarecer qual é a compreensão de Winnicott sobre a importância da presença do pai para evitar-se a tendência antissocial em crianças e adolescentes. A esse respeito, Ferreira e Aiello-Vaisberg (2006, p. 139) escrevem:

Winnicott considera importante a distinção de dois aspectos. De um lado, observa a ocorrência de falha na relação da mãe com a criança, no sentido de que alguma privação tenha ocorrido impedindo o encontro criativo de objetos necessitados, como causa do surgimento na criança de uma necessidade intensa de busca de objeto, que poderá estar na base de comportamentos tais como o furto. De outro lado, atribui ao pai, neste contexto de exame da tendência antissocial, uma função de manutenção de um enquadre seguro, que permita à criança lidar com sua agressividade, ódio e destruição, características estas parciais do elemento masculino, tanto em meninos como em meninas. Esta questão é fundamental, em termos de emocional, desde o ponto de vista winnicottiano, porque só se completa satisfatoriamente um processo de estabelecimento de vínculo saudável com um processo de estabelecimento de vínculo saudável com a realidade na medida em que seja possível, pela via da própria destrutividade, chegar a se conceber a alteridade, a externalidade do mundo.

A conduta antissocial é apontada por Winnicott como existente em toda criança que, ao roubar um bombom, está buscando a mãe, ao passo que a delinquência já expressa um pedido de socorro para que o meio se preocupe com ela. Dias (2000, p. 12) escreve o seguinte

Se o ambiente fornece cuidados satisfatórios e se mostra capaz de reconhecer, aceitar e integrar essa manifestação do humano, a fonte de agressividade – que, no início, é motilidade e parte do apetite – torna-se integrada à personalidade total do indivíduo e será elemento central em sua capacidade de relacionar-se com outros, de defender seu território, de brincar e de trabalhar. Se não for integrada, a agressividade terá que ser escondida (timidez, autocontrole) ou cindida, ou ainda poderá redundar em comportamento antissocial, violência ou compulsão à destruição.

Sendo assim, tanto a conduta antissocial quanto a delinquência estariam relacionadas à deprivação na vida familiar, assim como revelariam motivos inconscientes. Esse é o motivo pelo qual Winnicott convida os magistrados a não se fixarem na objetividade dos atos agressivos e delinquentes, isto porque “... os

ladrões estão inconscientemente procurando algo mais importante do que bicicletas e canetas-tinteiro” (1999 [1944], p. 128).

O adolescente com tendência antissocial ataca o ambiente por desesperança, o mau caráter pode ser uma busca do bom si-mesmo. A esse respeito, Davis e Wallbridge (1982, p. 166) escrevem:

Winnicott considerava que a principal ameaça à democracia advinha de indivíduos antissociais, ou seja, daqueles que não são capazes de conter o conflito dentro de si mesmos. O indivíduo antissocial não consegue utilizar os limites no mundo da realidade compartilhada (como, por exemplo, a lei) como uma representação daqueles limites internos a ele, porque o controle não foi ainda internalizado. Ele é, então, forçado (onde há esperança) a provocar um forte controle real por parte da sociedade. Alternativamente, a tendência antissocial pode assumir a forma de identificação com a autoridade – algo bastante diferente da identificação com um grupo social.

Winnicott pontua que devemos estar atentos ao momento em que surge a esperança. Esse momento deve ser aproveitado, prestando-se o cuidado necessário, com compreensão das necessidades da criança ou adolescente. A falha ambiental nesse momento acarreta prejuízos à saúde mental do indivíduo e desencadeia sentimentos difíceis de suportar; o jovem antissocial necessitará reviver esses sentimentos de desespero. No seu estudo, Vilete (2005, p. 463) diz:

Certamente ele só o fará se o ambiente aceitar o teste, passando por tudo aquilo que ele teme passar. Além desse ponto – o da esperança e do desespero –, existe a delinquência, como defesa antissocial organizada, sobrecarregada de ganhos secundários e pondo a criança ou o adolescente já inacessível ao gesto de ajuda. Por toda essa gravidade e premência, Winnicott recomenda que o terapeuta se envolva com a demanda inconsciente que o paciente faz de que alguém dele se encarregue, suportando esse impacto na situação analítica e, mais ainda, que ajude também os pais nessa mesma tarefa. Para tanto é preciso conseguir compreensão sobre suas próprias dificuldades e, assim, quando conseguirmos ajudar os pais a ajudarem seus filhos, na verdade estamos ajudando-os a respeito de si mesmos.

A questão do ambiente provedor é um tema fundamental na teoria do amadurecimento pessoal desenvolvida por Winnicott. Para o autor, a família deve proporcionar um ambiente seguro e confiável, com boas condições para o

crescimento emocional, bem como proporcionar ao adolescente um espaço para a manifestação da esperança.

Para Winnicott, o crescimento “... é também questão de um entrelaçamento altamente complexo com o meio ambiente facilitante”. Se a família está indisponível para ser usada, prossegue o autor, “... torna-se necessária, então, a existência de pequenas unidades sociais para conter o processo de crescimento do adolescente” (1971, p. 194).

Safra (2006, p. 4) escreve sobre a importância que Winnicott dá ao *placement* na prevenção da delinquência:

Pouco a pouco, ele foi ampliando o uso do *placement* nas situações clínicas. No artigo de 1948, “Alojamentos para crianças em tempo de guerra e de paz”, ele afirma que o valor dessa modalidade clínica de intervenção reside em prover um lugar no qual se possa cuidar dos pacientes, que sem essa provisão ficariam degenerando em hospitais ou em suas casas.

É para o adolescente cujo percurso levou a descaminhos, que esta pesquisa tenta, com envolvimento e compromisso, desvelar e encontrar possibilidades de atenção humanizada e integral.

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO DE UM CASO: A HISTÓRIA DE LÚCIA

*Um caso só não prova nada,
mas pode ilustrar muita coisa ...*

Winnicott

5.1 História do Internato³⁶

A história da adolescente ocorreu no Internato Feminino Mooca (IFM). Consideramos importante contextualizar o leitor, fornecendo-lhe algumas informações sobre a história e a dinâmica da unidade.

O Internato foi inaugurado em 24 de agosto de 2000 e, a cada mudança de localidade, seu nome era alterado, assim como, quando necessário, algumas características do atendimento oferecido. Essa Unidade foi transferida no ano de 1998 da unidade Imigrantes para uma unidade localizada em Franco da Rocha - cidade de São Paulo. No ano 2000, houve a transferência da Unidade Feminina de Franco da Rocha para a região do Brás, passando então a chamar-se Internato Feminino Brás (IFB). Finalmente, em novembro do ano 2001, a Unidade foi transferida para a Mooca, onde está localizada até hoje, sendo atualmente denominada UI/UIP Chiquinha Gonzaga³⁷.

Passei a fazer parte dessa equipe em agosto de 2001, época em que o Internato ainda era localizado no Brás, após receber aprovação em um concurso público realizado no mesmo ano. Permaneci nesse grupo de profissionais até meados de 2006, época em que passei a exercer o cargo de docente na Escola da Fundação.

É importante levar em consideração as singularidades desse Internato, que atendia um grupo de adolescentes do sexo feminino em regime de privação de

³⁶ Este relato é fruto de convivência com a equipe de profissionais e adolescentes internas e observações realizadas no período compreendido entre agosto de 2001 até meados de 2006.

³⁷ Unidade de Internação e Unidade de Internação Provisória, respectivamente.

liberdade devido à prática de delitos graves. Observamos que o trabalho socioeducativo ali realizado trazia benefícios às jovens, uma vez que, mesmo com as adversidades inerentes à falta de liberdade, elas podiam receber o acolhimento e os cuidados necessários, o que se traduzia na retomada do seu amadurecimento pessoal.

A instituição oferecia uma rotina organizada, com regras bem definidas e atividades que buscavam explorar suas potencialidades. As adolescentes entendiam a organização da rotina, os seus direitos e deveres e tinham espaço para a revisão do acordado, compreendendo assim os princípios básicos para a vida em comum.

As jovens internas prosseguiam naturalmente seu processo de escolarização formal com acesso ao ensino fundamental regular e ensino médio. As salas de aula localizavam-se na própria Unidade, e os professores eram da rede estadual de ensino. A unidade tinha um programa pedagógico que consistia em atividades culturais, esportivas e profissionalizantes. A ideia é que a jovem internalizasse novas formas de atuar no mundo por meio do atendimento às suas necessidades e do desenvolvimento das suas potencialidades.

As atividades profissionalizantes possibilitavam a futura inserção no mercado formal de trabalho para aquelas que tivessem idade suficiente. As atividades culturais, tais como ioga e meditação, Reike, axé, capoeira, oficina de leitura, teatro, jardinagem, oficina de crochê e bordado, violão e cavaquinho (pelo Projeto Guri), eram excelentes oportunidades, muito valorizadas pelas jovens, como também o eram as atividades esportivas, aulas e jogos (inclusive nos finais de semana): futsal, vôlei e xadrez, com participação em campeonatos entre as Unidades e externos.

A atividade musical envolvia todas as internas, possibilitando a organização da Camerata de Violão e Cavaquinho, com a qual as adolescentes participam de apresentações externas. O maestro e os professores escolhem para essas apresentações as jovens que mais se destacam pela dedicação e habilidade musical. Acompanhei algumas dessas apresentações, no Palácio do Governo do Estado de São Paulo, na inauguração da Bienal do Livro, no Teatro São Pedro e no Memorial da América Latina. O que mais impressionava era a seriedade, o orgulho e a postura dessas adolescentes, que tocavam com incrível habilidade (e com que rapidez aprendem!) para o presidente da República, governadores, secretários de Estado, a corregedora da Infância e Juventude da Capital e para nós... A cada

acorde procuravam o olhar conhecido e aprovador dos funcionários. Algumas se deslumbravam e ficavam realmente surpresas com os próprios potencial e capacidade. Nesse momento, ancorado por valores e sentimentos de cidadania, elas não estavam à parte da sociedade.

Pode-se levantar aqui uma questão: mas e depois da desinternação? O trabalho prossegue com o acompanhamento realizado nos Postos de Liberdade Assistida, existentes na capital e no interior, como também nas Unidades de Semiliberdade. Mas o objetivo é que as conquistas feitas pela adolescente durante sua internação sejam incorporadas de tal forma que a mobilizem para dar continuidade a um “tempo de viver”.³⁸

Mediante parcerias estabelecidas com clínicas psicológicas de universidades da comunidade, a maioria das adolescentes recebia acompanhamento psicológico. Para as famílias eram organizados grupos regulares de orientação familiar.

A ideia é que com as atividades pedagógicas, profissionalizantes, religiosas e terapêuticas, as adolescentes sintam-se capazes de superar suas dificuldades pela descoberta das suas potencialidades e desenvolvimento da autoestima.

Segundo o artigo 121 do ECA, parágrafo 2º, a medida privativa de liberdade não comporta prazo determinado e, conforme o parágrafo 3º do mesmo artigo, o período de internação de uma adolescente não pode exceder a três anos. Assim sendo, após estudo do caso realizado pela equipe multidisciplinar, pode-se sugerir ao Poder Judiciário, por meio da elaboração de um Relatório Técnico Conclusivo, a progressão da medida socioeducativa e o retorno da adolescente ao convívio sociofamiliar. A palavra final é do Poder Judiciário, sendo esse relatório analisado pela promotoria, procuradoria e pelo Juiz que acompanhou todo o processo da adolescente.

Esse angustiante “tempo de espera” da decisão do juiz gerou a demanda, e assim foi implantado o Projeto Grupo A. J. no mês de setembro de 2001. Tratava-se de um grupo cujo principal objetivo era ser um espaço de continência para a ansiedade da adolescente diante da futura desinternação, numa tentativa de

³⁸ Expressão utilizada por Sawaia (1995), que designa “tempo de viver” como tempo de agir com mais coragem e audácia; é o tempo em que as emoções são despertadas, sejam elas positivas ou negativas. É um convite à vida, mesmo sendo uma vida sofrida; a humanidade e a sensação de impotência se transformam em energia e força para lutar.

promover reflexão e elaboração da saída do Internato e do retorno ao convívio social e familiar.

É relevante contar a história desse grupo, que nasceu num fim de tarde durante uma conversa informal que tive com um pequeno grupo de adolescentes. Elas falavam da ansiedade e expectativa que tinham enquanto aguardavam a “resposta do juiz” ao seu relatório conclusivo. Os sonhos, temores e fantasias povoavam o mundo interno daquelas jovens, tirando o sossego, o sono, trazendo inquietação a algumas e depressão a outras. Nesse dia, tive a ideia de formarmos um grupo terapêutico com as internas que estavam para receber a esperada liberdade, ao que as jovens prontamente aderiram.

Assumi o compromisso de realizá-lo e acrescentei que, se o projeto fosse aprovado, o grupo seria batizado com o sobrenome da jovem que inicialmente me abordou, para que ficasse registrado para as outras adolescentes que elas também podiam ser ouvidas. Assim nasceu o Projeto Grupo A. J. A encarregada da área técnica e a direção deram amplo apoio, mas acho que todas nos surpreendemos com o crescimento desse grupo no espaço institucional.

Esse espaço passou a ter um valor simbólico importante; o sonho das adolescentes era, um dia, serem convidadas para participar do Grupo A. J. Elas o encaravam como uma conquista, e as jovens participantes são vistas com respeito e admiração pelas demais, e, claro, com certa inveja.

O grupo tornou-se uma área intermediária de integração, possibilitando, em primeiro lugar, a elaboração do luto pelo desligamento da instituição e minimização da angústia pela relação entre a realidade subjetiva com a realidade compartilhada, pois é por meio dessa troca com o outro que o mundo interno encontrava expressão, sendo essa a ideia que sustentava e direcionava a proposta de trabalho.

Contraditoriamente, a aproximação da liberdade provocava insegurança e sentimento de desamparo em algumas adolescentes. As adolescentes tinham dúvidas sobre seu lugar no mundo uma vez que “errei feio” ou “traí a confiança da minha família”. Era comum ouvi-las dizer “agora tenho que reconquistar a confiança da minha mãe”, “vou ter que dizer não quando *eles* vierem me chamar” ou “tenho que ser forte, mas e se eu fracassar e voltar a usar drogas?”. A questão do preconceito a ser enfrentado também encontrava expressão naquele espaço: “como vou arrumar emprego?”, “quem vai confiar numa ex-interna?”

O objetivo do trabalho desenvolvido no Internato é que, durante o período em que cumpre sua medida socioeducativa, a adolescente descubra sua forma de viver o social, conquiste seu espaço enfrentando as frustrações e adversidades, e, principalmente, que ela possa novamente confiar numa relação humana. O diálogo permeia as relações institucionais tentando mobilizar a jovem, e firmando um mútuo compromisso adolescente-instituição-família.

5.2 A Adolescente Lúcia³⁹

Lúcia deu entrada no Internato Feminino da Fundação CASA, em 2002, aos 16 anos de idade, para cumprir medida socioeducativa de internação devido ao ato infracional de latrocínio.⁴⁰

Logo na primeira entrevista, surpreendi-me. À minha frente estava uma adolescente muito magra, de aparência frágil, rosto de menina, mas com um discurso pesado, que carecia de esperança. Fazia questão de afirmar a todo o momento que não se arrependia do delito, pois “o homem não prestava, pegava criancinhas”, aludindo à provável prática de pedofilia realizada pela vítima. Também era uma fala recorrente nos atendimentos iniciais: “Ninguém irá mudar minha cabeça, nem meu coração”.

Em um artigo de 1945 intitulado “A criança evacuada”, Winnicott relata importantes experiências sobre a questão da adaptação em um novo lar: “O mais comum foi a criança levar algum tempo, talvez até muito tempo, para se adaptar [...]. É preciso dar tempo ao tempo” (2005 [1945], p. 44). Inicialmente, foi dado esse tempo a Lúcia, mas depois que confiou e acreditou no ambiente correspondeu e

³⁹ Todas as informações contidas neste relato são fruto de observações realizadas na Unidade em atividades cotidianas, tais como: escola, recreação, alimentação, atividades de iniciação profissional etc. Eram objeto de atenção e análise a relação entre mãe e filha aos domingos, dias de visita dos familiares, durante as entrevistas técnicas com a mãe e irmãos, nos atendimentos psicossociais semanais à Lúcia, nos grupos mensais de orientação familiar do qual participavam as adolescentes, suas mães, pais ou seus substitutos. Além disso, os contatos com a rede socioassistencial e com o avô, durante as visitas domiciliares, foi fonte de resgate da história da adolescente. A análise da situação processual, o estudo do caso realizado, mensalmente, pela equipe multidisciplinar esclarecia aspectos importantes da história de Lúcia e norteava as ações socioeducativas proporcionando um atendimento personalizado para que a adolescente se sentisse como uma pessoa singular.

⁴⁰ Latrocínio consiste na conduta em que o agente comete um ato delituoso, derivado do crime de roubo, que tem, como consequência, outro crime, o homicídio. No crime de latrocínio, a intenção primária do agente consiste em apenas roubar, não desejando causar a morte da vítima.

usou a instituição como um lar que, num certo sentido, passou a ser temporariamente a mãe dela.

A mãe alega, em entrevista realizada, desconhecer os motivos pelos quais se casou e teve filhos. Descreve o ex-marido como “bêbado e violento”, e a maternidade é vista como “algo que foi acontecendo, nem pensei”. A gestação de Lúcia foi conturbada devido às constantes “ameaças de parto prematuro”. A filha nasceu prematura, aos oito meses de gravidez. Quanto ao aleitamento, diz não ter tido paciência, não sabendo precisar o período de lactância: “pode ser um mês ou dois”.

Logo depois do nascimento de Lúcia, a mãe e os filhos menores foram morar com os avós maternos, pois o pai de Lúcia desaparecera e a família necessitava de ajuda, estava desamparada. Assim, nos primeiros meses de sua vida, Lúcia foi acolhida e recebeu cuidados da avó, seja porque a mãe padecia de distúrbio psíquico, seja pela limitação materna quanto à afetividade e oferecimento de bem-estar à filha. É de supor-se que sua avó lhe tenha oferecido um ambiente suficientemente bom, facilitando seu desenvolvimento emocional até certa época de sua vida.

Lúcia tinha dois irmãos mais velhos, que na época da internação da adolescente tinham, respectivamente, dezenove e vinte anos de idade. Os três moraram com o avô materno e a mãe, que “sumia” com certa frequência. Do relato da adolescente depreende-se que seus referenciais afetivos eram os avós. Sua avó faleceu quando ela tinha, aproximadamente, quatro anos de idade: “nunca tive amor de mãe... o pouco que tive foi da minha avó”.

A menina parece ter experimentado a privação, pois teve que enfrentar dolorosamente a perda da avó e episódios de afastamento dos pais, como por exemplo no caso de brigas, separações etc. Essa vivência foi traumática em um período em que a criança já podia perceber que a falha provinha do meio externo, com anterior vivência de confiabilidade ambiental na sua relação afetiva com os avós. Permaneceu sob os cuidados do avô e da mãe que, quando estava presente, ajudava o avô nos afazeres domésticos.

A história de vida da jovem foi marcada por situações traumáticas como perda, abandono e graves violências físicas e emocionais. É até difícil supor que Lúcia tenha conseguido constituir uma história de vida em face da carência, da necessidade básica da criança de sentir-se importante e amada: um carinho ao

acordar, uma rotina previsível, saber como será o seu dia, o seu prato predileto, o beijo de boa noite, a valorização por suas conquistas como uma nota boa, a presença da mãe nas reuniões e festinhas da escola, os momentos de lazer etc. O pai também era percebido pela adolescente como alguém impulsivo que, com seus rompantes, trazia instabilidade ao lar.

Ferreira e Aiello-Vaisberg (2006, p. 137) destacam a importância que Winnicott dava ao papel que o pai possui no desenvolvimento emocional da criança:

... a mãe é tão fundamental à constituição da subjetividade quanto o ar que o bebê respira, principalmente nos primeiros meses de sua vida. Paralelamente, Winnicott atribuiu ao pai e à família a função de proporcionar à mãe a segurança necessária à realização da acolhida segura e tranquila do recém-nascido.

O pai costumava ausentar-se à noite, era alcoólatra, jogava cartas, vivia num mundo irreal. Quando retornava a casa num elevado estado de embriaguez, espancava os filhos; as agressões consistiam em surras e “afogamentos” na caixa d’água. Lúcia descrevia-o como distante e fechado, “nem parecia pai”. A mãe, deixada à mercê de si, desamparada pelo pai, flutuava entre a falta do apoio do marido e as próprias dificuldades.

Um ambiente estável é necessário para que a maternagem suficientemente boa possa ter lugar, com amorosidade e tranquilidade. Entretanto, na visão de Lúcia, isso não ocorreu; sua fala retrata esse sentimento: “mãe que é mãe acolhe seus filhos”. Sobre a mãe, um dia escreveu:

... tem outra coisa que estou pensando, para mim é a falta da minha mãe. Apesar de ela não ter dado o carinho que todo filho merece e ter feito eu “me virar”, mesmo assim, meu coração aperta quando escuto as outras meninas comentando “a minha mãe é nota dez”, outra fala “a minha mãe é maravilhosa” e, quando chega na minha vez de falar, eu fico quieta pois não tenho palavras bonitas que se relacionem com ela, e isto me mata por dentro. Eu não estou pagando pelas mãos de desconhecidos e sim pelas mãos de minha mãe.

Pelos dados obtidos ao longo da sua permanência no internato e pelas anotações e observações desta pesquisadora, provavelmente Lúcia se sentiu

responsável pela morte de sua avó e pela desagregação da família. Ainda criança, ela teve de envelhecer, o que fez com que perdesse o espaço a que tinha direito para ser espontânea, brincar e ser criativa, ou seja, ser despreocupada. Podemos pensar que a menina Lúcia perdeu a atividade e esforços imaginativos próprios da imaturidade.

Os pais, além de deixarem a filha desamparada, viviam em constante conflito e tensão, chegando a agressões físicas mútuas. Entre mágoas, ressentimentos por traições por parte da mãe e algumas tentativas de reconciliação, os pais se separaram quando a adolescente tinha 12 anos de idade. Desde então, Lúcia desconhecia o paradeiro do seu pai.

Ainda criança, Lúcia começou a apresentar comportamentos como agressividade, roubo e mentira, aparecendo em casa com objetos que não eram seus. Esses comportamentos de tendência antissocial são possivelmente manifestações de esperança, uma tentativa de buscar o cuidado perdido por meio de atos como roubo, mentira e a desordem generalizada. Garcia (2004, p. 57) explica que se “pode considerar [...] que o *acting-out* é intrínseco à tendência antissocial, e é a maneira que o indivíduo tem de mostrar, ao ambiente, que sofreu deprivação”.

Winnicott ressalta a importância do ambiente confiável (2005 [1940], p. 18):

... é importante continuar apresentando o lugar-comum de que a unidade familiar é mais do que uma questão de conforto e conveniência. De fato, a unidade familiar proporciona uma segurança indispensável à criança pequena.

O autor prossegue enfatizando que a ausência dessa segurança e de contribuições dos pais ao desenvolvimento acarretará danos à personalidade e ao caráter. O caso em estudo ilustra essa compreensão do psicanalista; a história de vida da adolescente foi marcada pelo abandono, falha na maternagem e perdas.

A esse respeito, Loparic (2002 p. 11) sustenta:

... todo ser humano necessita estar *alojado* (assentado) em um ambiente – em outras palavras, habitar um ambiente que lhe facilite a resolução das tarefas específicas da fase do amadurecimento em que se encontra, entre elas, a tarefa de estabelecer, preservar ou modificar suas relações com objetos.

Lúcia não possuía o cuidado de um ambiente que possibilitasse a constituição de um si-mesmo. O fato de não se estabelecer um laço com a mãe não permitiu à criança organizar o seu eu de maneira sadia e estável. A esse respeito diz Winnicott (1999 [1961], p. 99-100; grifo do autor):

Vocês podem perceber que muito do que uma mãe faz com uma criança poderia ser chamado de “segurar”. Não é só o segurar concreto, que por si só já é muito importante, constituindo um ato delicado; muito do cuidado com a criança corresponde a uma interpretação cada vez mais ampla da palavra “segurar”. O “segurar” inclui o manejo físico, desde que adaptado às necessidades infantis [...]. A família continua esse “segurar”, e a sociedade “segura” a família.

A história de vida da adolescente é marcada por repetidas falhas no “segurar” dos pais e do meio social, prejudicando o seu desenvolvimento. Permanece assim a questão: como Lúcia sobreviveu sem ser conduzida a um *isolamento estruturado*? Winnicott considera que a tendência ao crescimento está sempre presente, e posso pensar que em alguns momentos a menina encontrou algumas saídas para lidar com o caos, a extrema dor e o abandono, principalmente com a precária previsibilidade que o avô oferecia; precária também porque a mãe, esporadicamente, levava Lúcia quando ia “morar junto com um homem”.

Nessas ocasiões, a menina Lúcia perdia o pouco da familiaridade que eventualmente possuía. Eram momentos muito tristes em que “chorava muito com saudades dos meus irmãos e do meu avô”. A adolescente diz que, à noite, “era pior”, pois sentia medo e não conseguia dormir: “a casa era estranha”, e o novo companheiro da mãe nem sempre era paciente. A mãe de Lúcia, nos atendimentos que realizei, culpava a filha pelas dificuldades nessas relações: “ela era malcriada e chatinha”.

Dias (2000, p. 12-13) remete-nos ao pressuposto winnicottiano acerca do papel do ambiente na estruturação da personalidade:

Se o ambiente fornece cuidados satisfatórios e se mostra capaz de reconhecer, aceitar e integrar essa manifestação do humano, a fonte de agressividade – que, no início, é motilidade e parte do apetite – torna-se integrada à personalidade total do indivíduo e será elemento central em sua capacidade de relacionar-se com outros, de defender seu território, de brincar e de trabalhar. Se não for integrada, a agressividade terá que ser escondida (timidez, autocontrole) ou cindida, ou ainda poderá redundar em comportamento antissocial, violência ou compulsão à destruição.

Quando tinha aproximadamente oito anos de idade, ocorreu uma tentativa de abuso sexual por parte de primos maternos que se juntaram para atacá-la. Sofreu muito, e contava esse episódio chorando. Demonstrando ressentimento, dizia que “eles eram maiores; consegui fugir, mas eles fizeram coisas”. Apesar de ter contado para a mãe, na esperança de obter amparo e ser protegida, esta mais uma vez foi omissa e nada fez. A esse respeito, Dias (2000, p. 13) esclarece que “[e]m termos da fenomenologia, é preciso atentar para o fato de que a fraqueza, o retraimento e a omissão são tão agressivos quanto a manifestação aberta da agressividade”.

Aos dez anos de idade, Lúcia tentou o suicídio, pois como “não aguentava o sofrimento em que vivia, desejava a morte” e queria escapar da dor do viver. Recebeu os cuidados médicos necessários, mas continuou a viver num ambiente hostil e desprovido de afeto. É bastante provável que Lúcia tenha tido uma infância totalmente descontínua, marcada por rupturas. O principal é que ela não tinha ninguém, era um abandono cotidiano. Winnicott (1993, p. 30), a este respeito, categoriza⁴¹ indivíduos que sofreram descontinuidades extremas durante sua infância:

... aqueles que só obtêm sua satisfação pessoal à custa de negligenciar suas relações com a sociedade, ou talvez sob pena de tornarem-se antissociais ou loucos. Pois sabemos que as pessoas enquadradas em qualquer desses dois extremos são infelizes, e sofrem. Alguns só encontram sua expressão pessoal no ato de suicídio. Alguém os decepcionou, algo malogrou em seu ambiente circundante em um ou mais dos primeiros estágios de desenvolvimento; é difícil consertar as coisas numa data tão posterior.

⁴¹ Ainda no mesmo artigo, Winnicott diz que “[n]ão queremos que as crianças sob nosso cuidado se constituam em membros de uma entre duas categorias”. A primeira categoria por ele assinalada se refere àqueles que “embora tendo seus interesses direcionados à comunidade, têm uma vida pessoal tão insatisfatória que não chegam a possuir um verdadeiro sentido do *self*” (1993, p. 30).

A mãe de Lúcia tinha muitas dificuldades em expressar amor e sentimentos. Apresentava limitações para se comunicar, conversar com a filha, o que colaborou para que a menina e depois a adolescente desenvolvesse sintomas sem ter como expressar sua dor e desamparo. A mãe é aquela pessoa que ajuda a criança a saber que a vida é digna de ser vivida, sentimento quase inexistente para Lúcia, que vivia em condições de penúria e indignidade.

A mãe cobrava que “se virasse para trazer dinheiro para casa”. Não se importava com o que a filha fizesse (prostituição, furtos etc.), contanto que trouxesse os lucros para casa. Além de impingir agressões físicas, a mãe proferia toda sorte de insultos e humilhações à filha, que ficou assim exposta a uma aflição e angústia intoleráveis, não restando outra saída para sua vida.

Essa atitude materna causa estranheza, pois, apesar de ela não possuir uma situação financeira estável e nem trabalho informal, seu pai tinha condições financeiras razoáveis e uma vida organizada, confirmadas com as visitas domiciliares que realizamos junto com a assistente social. Posso questionar: qual era a realidade vivida por essa mãe? A qual pobreza se referia?

As tentativas de Lúcia de ser uma pessoa, existir, fracassaram; ela vivia em constante luta, o que acarretava um conflito permanente com a sociedade. A privação e a desesperança levaram-na a manifestações antissociais.

A vivência de extremo desamparo e violência levou-a a afastar-se de casa, passando a frequentar as ruas. Juntou-se a um “grupo marginal”, com o qual se identificou. Pela primeira vez encontrou um espaço e se sentiu acolhida. Com esse grupo, começou fazer uso de bebidas alcoólicas, experimentar drogas e a praticar delitos.

A adolescente trazia a “renda” para casa e, nesse seu novo papel, passou a sentir-se mais forte diante da mãe. As brigas em casa eram constantes. A mãe arrumara um namorado bem mais jovem “que já tinha sido preso por estupro”, e sentia ciúmes quando o rapaz a agredia dizendo que sua filha o provocava sexualmente.

Lúcia e o seu grupo planejaram o assalto à residência de um senhor que morava sozinho, em uma região próxima à moradia deles. A vítima não foi escolhida aleatoriamente. De acordo com um código ético próprio, alguns motivos levaram o grupo à conclusão de que aquele homem “tinha grana”, mas não “era digno de consideração...”. O primeiro deles era que ele “pagava meninas novas, muito

novinhas mesmo, para fazer programa”; este foi o fator determinante na escolha da vítima. O plano inicial do grupo de jovens era assaltar a casa e roubar aparelho de som, televisão e o dinheiro que encontrassem.

O segundo fator desencadeante da ira do grupo contra aquele homem é que uma das adolescentes teve um dos seus irmãos, com quatro anos de idade, abusado sexualmente em data recente. Na residência, vasculhando gavetas e com a vítima rendida, o grupo deparou-se com fotos de crianças nuas que indicavam que o dono da casa era um pedófilo.

Nesse momento, os planos foram mudados e foi decretada a sua sentença de morte pelo grupo. A execução foi levada a cabo pela irmã que assim “vingou” o abuso sexual que seu irmão sofrera. Lúcia não participou da morte “ativamente”, embora esse detalhe não conte para ela, pois o que importava era seu desejo: “eu me ofereci para matar, mas ela fez questão”. Assume, desde o início da internação, total responsabilidade pelo ocorrido, pois tudo aconteceu com sua aprovação e nunca negou a sua necessidade de matar. É possível estabelecer que, com este ato antissocial, a adolescente sai da condição de vítima e passa a vitimizadora.

Após a execução, e tendo realizado o assalto, o grupo fugiu do local. Cada um foi para sua casa após dividirem os produtos do roubo. Realizada a investigação policial, todos foram detidos, inclusive Lúcia, que, após sentença judicial, foi encaminhada para o cumprimento de medida socioeducativa de internação por tempo indeterminado.

Durante o período em que permaneceu privada de liberdade, Lúcia recebia visitas semanais de um dos irmãos e esporádicas da mãe. A adolescente mantinha frequente correspondência com o avô, já que este estava impossibilitado de visitá-la devido ao seu estado de saúde. A assistente social que acompanhava seu caso insistia numa reaproximação com uma tia materna, já que a mãe não conseguia responder aos esforços de fortalecimento da relação mãe-filha. A profissional tentava, persistentemente, analisar e identificar as forças familiares.

Em data próxima ao domingo comemorativo do “Dia dos Pais”, atendi a um contato telefônico do pai de Lúcia, que manifestou desejo de visitar a filha. A adolescente relutou muito, mas concordou em receber o pai. No encontro, a jovem externalizou todo ressentimento e mágoa, e o pai lhe pediu perdão passando a visitar a filha com regularidade.

O pai não deixou de fazer uso de álcool, sendo refratário aos nossos encaminhamentos para tratamento por falta de consciência do seu real estado. Tratava-se de um alcoólatra com vida desregrada e um vínculo muito fragilizado com a filha. Lúcia sentia-se pouco à vontade na presença do pai; a relação ainda era distante e desprovida de espontaneidade, intimidade e calor humano.

Após esse reencontro, pai e filha partiram da estaca zero, voltando a conhecer um ao outro. No caso, as limitações do pai, as vivências traumáticas passadas e as marcas e o sofrimento resultantes restringiram significativamente o desenvolvimento subsequente desse reencontro.

Como o pai é ex-presidiário, parece que um dos motivos que o mobilizaram na reaproximação foi o laço em “comum” com sua filha, o que despertou sua solidariedade. Como ele mesmo disse durante a entrevista técnica com a psicóloga: “Quando eu soube que ela estava aqui, eu quis vir logo. Só eu sei o quanto é duro estar preso”. Para ele, o Internato teria os moldes de uma cadeia e a realidade que ele vivenciara. Por isso, nesse mesmo dia o convidamos para conhecer toda a Unidade, e ele pareceu surpreso com o que viu, por a vivência institucional da filha ser muito diversa da sua.

No início da internação, a adolescente apresentava pouca compreensão e uma considerável hostilidade pela técnica e funcionários, embora procurasse respeitar – “no começo não gostava de ninguém, achava que todos só queriam meu mal”.

No decurso do seu primeiro ano de internação, gradualmente, a adolescente foi estabelecendo uma relação de confiança e proximidade que garantiu o seu reconhecimento de que aquele espaço, apesar de institucional, era seu. Esse é o *setting* construído – a apropriação do ambiente como seu e a relação confiável estabelecida com a psicóloga, que ela, respeitosa e carinhosamente, passou a nomear de “minha técnica” e “meu atendimento”.

A adolescente gostava de expressar seus sentimentos escrevendo cartas. Em uma delas escreveu: “Senhora ajuda-me a ter consciência e saber dar o primeiro passo para ser ajudada”. Vemos aí a projeção da mãe, que sustenta o filho nos primeiros passos, na figura da sua psicóloga. Ao se sentir acolhida por mim, Lúcia expressou: “Obrigada por ler as minhas cartas, fico feliz em saber que existe alguém que se preocupa em saber o que estou sentindo e pensando”.

Durante os atendimentos psicológicos, Lúcia tinha o espaço para contar sua história e colocar em palavras sua solidão e desamparo:

O tempo foi passando e as coisas foram acontecendo tudo muito rápido. Eu me sentia sozinha, confusa, às vezes perdida e abandonada. Mas sei que todos esses sentimentos que eu sentia foram causados por uma dura decisão que eu havia tomado: se minha família não me aceitasse do jeito que eu era, então seria cada um por si [...] E foi exatamente isso, me distanciei de todos. Vivi isso quase dois anos. Comecei a trilhar meu caminho, num sistema que não me pertencia, mas que me aprofundei até chegar aonde cheguei ...

Ao escrever sobre um caso por ele atendido, Winnicott compreende, por manejo de jovens, um sistema de atendimento psicológico de confiabilidade. Segundo o autor, "... a compreensão em um nível profundo e a interpretação no momento certo são formas consistentes de adaptação [...]". Mais adiante afirma "de modo positivo [a adolescente] estava sendo mantida em existência por ter uma realidade como objeto de minha preocupação" (1983 [1963], p. 226). Na instituição foi possível oferecer manejo e *holding* necessários para que Lúcia pudesse ter "... uma *pessoa* confiável em sua vida, alguém que esteja ao seu lado na busca da verdade ..." (2005 [1955], p. 132; grifo do autor). Deve-se destacar que é fundamental a sobrevivência da psicóloga, para prover o apoio aos processos do ego.

O mais importante, e talvez o mais difícil, do trabalho técnico em uma instituição é garantir o atendimento a um dos objetivos da medida socioeducativa – desenvolvimento de crítica com relação ao ato delitivo cometido, ou seja, considerar sua responsabilização social oferecendo, concomitantemente, um atendimento com estudo aprofundado do caso e fundamentação teórica. No caso de Lúcia, mais uma vez ela revelou num momento depressivo, por escrito, sua reflexão:

Às vezes fico me perguntando:

Porque agi dessa forma?

Será que sou gente mesmo?

Será que sou merecedora desta vida?

Porque existem pessoas boas que querem me ajudar? Será que mereço? Por favor, me dê respostas.

Winnicott enfatizou a importância do diagnóstico individual e social. Para ele, o diagnóstico é essencial, não no sentido da nosologia, mas, em primeiro lugar, para saber em que momento do processo de amadurecimento pessoal se originou o problema de vida da pessoa. Cabe à equipe multidisciplinar realizar reuniões sistemáticas para o estudo do caso, a fim de elaborar o diagnóstico⁴² e trabalhar com base nesse diagnóstico, realizando avaliações contínuas.

Apesar da particularidade da relação entre a psicóloga e a adolescente interna – por exemplo, as exigências das atribuições da profissional que atua na Fundação e é a pessoa responsável pela elaboração dos relatórios a serem encaminhados ao Poder Judiciário, têm um papel significativo quando se trata de um envolvimento da adolescente em questões que implicam descumprimento de regras e situações de conflito –, vimos serem plenamente possíveis o desenvolvimento de um vínculo estável e a comunicação necessária à retomada do processo de amadurecimento pessoal de Lúcia. Entretanto, cabe ressaltar que a vinculação é mais demorada, exigindo um tempo maior para que a jovem pudesse confiar.

As mudanças observadas são sutis e significativas. No decorrer dos atendimentos técnicos, a adolescente foi-se comunicando através de seu desamparo, sendo acolhida num ambiente estável e confiável possibilitado por uma atitude da psicóloga.

Foi essencial para Lúcia, após sofrer traumas e múltiplas violências em período precoce do seu processo de amadurecimento, poder passar a sentir que aquele espaço representava um lugar onde podia expressar seu sofrimento, encontrando a esperança e a possibilidade de dar continuidade ao seu crescimento pessoal.

⁴² O pensamento de Winnicott com relação à importância do diagnóstico vem ao encontro das atuais orientações do SINASE (2006), que propõem a elaboração do *Diagnóstico Polidimensional* para todos os adolescentes e suas famílias. A partir desse diagnóstico, inicia-se a construção do *Plano Individual de Atendimento – PIA*. A família, consanguínea ou não, deve ser incluída em todas as fases do atendimento socioeducativo, e sua proximidade e efetiva participação devem ser estimuladas.

Talvez o que favoreça a construção dessa relação seja enfatizar o cuidado, o “empréstimo” da esperança oferecida pela psicóloga, como Lúcia dizia: “Ninguém nunca esteve ao meu lado como a senhora, não sei explicar o que se passa no meu coração, mas acredito que vou me tornar uma pessoa diferente”.

Desde o meu ingresso na instituição, em 2001, são incontáveis os rostos que expressaram surpresa e certa incredulidade em face do meu olhar e da minha crença. O importante é aceitar o desafio imposto pelas adolescentes. A relação interpessoal viva contribui para que as adolescentes retomem o que perderam – a confiabilidade essencial para que se constitua o si-mesmo e se promova sua independência.

Pouco a pouco, Lúcia foi encontrando no ambiente estável, organizado com uma rotina previsível, com horário para despertar, higiene pessoal, refeições, estudos etc. um ponto de equilíbrio e uma conexão possível com o mundo. Conseguiu “precisar de alguém” e confiar que esse alguém não a abandonaria, caminhando para uma maior integração e um viver criativo.

É importante destacar que, apesar das dificuldades, a mãe de Lúcia visitava-a com certa regularidade e seu irmão de dezenove anos era assíduo, vindo com frequência visitar a irmã aos domingos. O carinho fraterno ajudava muito a adolescente, a presença do irmão confortava-a no sentido de que sua presença “preenche o buraco que eu tenho dentro de mim”.

A proximidade da mãe, embora numa relação pobre, desvelava uma possibilidade outrora impensável para a adolescente. Lúcia tinha muita gratidão pelas profissionais, por reconhecer nosso trabalho na mudança da dinâmica familiar.

A carta de Lúcia, escrita aos dezessete anos de idade, evidencia um dos momentos em que a adolescente retoma seu processo de amadurecimento emocional.

Passo agora a transcrever a carta, sem correções:

Para a Senhora Assistente.⁴³

Senhora, hoje eu não estou me sentindo bem. Pois ontem foi aniversário do meu irmão e eu não estava lá junto dele e isso me deixa muito triste.

⁴³ No âmbito institucional, é comum a adolescente tratar os adultos por *senhor* ou *senhora*. Também entre elas é usual a terminologia *minha técnica* ou *assistente* para designar a psicóloga e assistente social que a acompanham no seu processo socioeducativo.

Sabe se eu pudesse voltar ao passado eu não faria o que fiz, pelo contrário iria ajudar as pessoas e não prejudicá-las, só agora eu sei o peso da consequência. Senhora, é terrível admitir, mais é para o meu bem, eu preciso de ajuda e, te prometo que tudo que for dito à mim irá ser útil e colocado em prática, pois o meu maior desejo neste momento é ser uma nova pessoa.

Senhora, nunca quis admitir, pois tinha medo da minha fraqueza, de se tornar uma pessoa melancodiosa eu achava que isso era coisa de pessoas derrotadas, mas eu não posso esquecer que fracasei e acabei virando uma derrotada. Não irei abaixar minha cabeça e sim irei levantá-la e seguir em frente, mas para mim chegar a esta conclusão, precisei admitir a dor do arrependimento, da saudade e tive que aprender além de tudo a perdoar e saber reconhecer meus erros. Pois só assim serei uma pessoa melhor, mas ainda tem alguma coisa que me deixa muito triste, eu não sei explicar o que é, mas tenho certeza que está relacionado a minha família, todo dia choro por não estar ao lado deles, de quem sinto mais falta é de meu avô e meu sobrinho, pois eles são as pessoas mais importantes em minha vida, é lógico que sinto falta de minha mãe e meu irmão, sabe eu agora sei o valor de uma família para mim, nunca dei importância para eles pois só pensava em diversão, só que agora a diversão virou um grande problema que junto dele veio acompanhado a solidão.

Senhora sei que está achando meio estranho todas essas palavras, pois nunca me expressei desta forma a ti, e como já disse meu melhor amigo é um papel e uma caneta, só assim sei dizer o que sinto e o que penso.

Obrigado pela atenção. Me desculpe os erros.

A carta escrita pela adolescente contribui para a compreensão do papel do ambiente no desenvolvimento emocional do ser humano. A partir desse momento “melancodioso” para Lúcia, ocorreu o desenvolvimento da sua capacidade de envolvimento⁴⁴ e senso de responsabilidade. O texto citado a seguir esclarece a

⁴⁴ Para Winnicott (1999 [1962]), o envolvimento é uma característica importante na vida social. O envolvimento refere-se ao fato de o sujeito preocupar-se ou importar-se, e tanto sentir como aceitar responsabilidade. Para ele, o envolvimento é a base da família, estando por trás de todo trabalho e brincar construtivos. A capacidade de envolvimento supõe uma organização do eu, e seu desenvolvimento depende de um ambiente suficientemente bom.

compreensão de Winnicott acerca desse momento vivenciado pela adolescente, como diz Khan (2000, p. 51), na introdução do livro *Da Pediatria à psicanálise: obras escolhidas*:

Existe uma crescente confiança de que haverá a possibilidade de contribuir, de dar algo à mãe ambiente, confiança essa que leva o bebê a suportar a ansiedade. [...] Quando a confiança nesse ciclo benigno e na expectativa da possibilidade de reparação se solidifica, o sentimento de culpa em relação aos impulsos do id é modificado novamente, e nesse momento passamos a necessitar de um termo mais positivo, como por exemplo “concernimento”.

O sentimento de segurança está intimamente ligado à relação confiável vivida com a sua psicóloga – a confiabilidade já é uma relação – e a estabilidade ambiental. Esse encontro permitiu à adolescente que ela integrasse sua agressividade “... como parte da personalidade, de caráter instintual, relativa à destrutividade que está presente na natureza humana” (DIAS, 2000, p. 35).

Esse estado de desamparo mereceu nossa atenção diferenciada. Nesse momento, a psicóloga deve ter a capacidade de ser continente e acolher, pois é *preciso sustentar a situação no tempo e sobreviver*. O essencial é que a jovem sinta que não está sozinha, não mais, Lúcia era frequentemente assegurada da disponibilidade da sua psicóloga; caso sentisse necessidade, poderia solicitar atendimento.

O atendimento dá-se num clima de confiança que leva a um *momento sagrado* (Winnicott). Existia entre a psicóloga e a adolescente uma identificação mútua, homóloga à relação inicial de indiferenciação em que o bebê é a mãe e a mãe é o bebê. É um estado que por vezes ocorre na análise.⁴⁵

Às vezes, a adolescente escrevia um bilhete pedindo ajuda e falando do seu sofrimento; esse era entregue pessoalmente ou por um funcionário.

Assim, a comunicação e flexibilidade entre os diferentes setores da Unidade são essenciais. A psicóloga informa o coordenador de equipe (profissional responsável pela área de segurança e disciplina) o estado emocional da adolescente, pondo-se à disposição para realizar os atendimentos técnicos que se fizerem necessários; o setor pedagógico também é avisado.

⁴⁵ Cf. Revista Percurso, entrevista realizada com Maria Ivone Accioly Lins sobre sua tese de doutorado, cujo conteúdo são as consultas terapêuticas na obra de psicanalista inglês. Nesta entrevista, a autora reflete sobre a experiência das consultas em ambientes institucionais.

Diante do desânimo e das crises de choro muitas vezes em sala de aula, os professores podem ter maior tolerância e compreensão assumindo outras atribuições. A equipe pedagógica, com sua presença educativa, colabora muito para o “desabrochar” da adolescente estimulando sua criatividade, o desenvolvimento de habilidades até então desconhecidas, indicando livros etc. Sobre o papel “ampliado” do educador, Ribeiro (2004, p. 161) diz o seguinte em sua tese sobre psicologia escolar em Winnicott:

No meu entender, a obra de Winnicott remete o educador a uma outra posição. Ao dirigir-se aos profissionais da educação (ao invés de unicamente aos psicanalistas), ao enfatizar o ambiente na constituição do psiquismo com base em uma teoria do amadurecimento emocional, o referido autor ampliou e disponibilizou o conhecimento psicanalítico aos demais responsáveis pelo desenvolvimento emocional humano.

Lúcia tinha uma especial predileção pelas Oficinas de Texto, onde podia escrever livremente sobre sua vida. Essas oficinas foram organizadas e conduzidas com muita dedicação, por uma escritora e apresentadora famosa, num trabalho voluntário, responsável por tantos momentos em que as adolescentes poderiam ser elas mesmas.

É importante ressaltar que este não é um trabalho de uma só pessoa, assim como o pai entra na relação dual mãe-filho, a psicóloga também é “legitimada” e cresce nessa relação com a interna através do olhar dos demais funcionários e até mesmo das adolescentes que vêm sendo acompanhadas por esta profissional há mais tempo, que dão os seus depoimentos, dividem a sua experiência numa troca que enriquece e sensibiliza as adolescentes “mais novas” na Unidade (as recém-chegadas), favorecendo sua receptividade para nossa relação. Essas trocas são favorecidas pelos trabalhos desenvolvidos nos grupos terapêuticos.

Este bilhete intitulado *Agradecimento* retrata a importância da relação e do atendimento às necessidades da adolescente durante sua permanência na unidade de atendimento:

Senhora muito obrigado por estar ao meu lado em todo momento que precisei, pois somente a senhora me entende, consegue me compreender, tirar minhas dúvidas e além de tudo a senhora se preocupa comigo, isso me deixa muito feliz. Pois no começo eu não gostava de ninguém [...] eu tenho medo de te perder, pois ninguém esteve ao meu lado como a senhora, pois a senhora conseguiu me tornar uma pessoa diferente [...]. A senhora é meu anjo, se não existisse em minha vida não sei o que seria de mim.

O setor psicossocial, através dos estudos de caso realizados nas reuniões semanais e trocas diárias, informava-se, continuamente, sobre o desenvolvimento das adolescentes e participava ativamente do processo de cada adolescente e de sua família. Quando uma adolescente não estava bem, e se as profissionais que a acompanham não estavam presentes por algum motivo, as demais profissionais ou a encarregada de área técnica procuravam atender às necessidades da jovem.

Um exemplo disso foram as ocasiões, feriados ou fins de semana, em que eu era chamada à unidade pela direção ou equipe, para atender uma adolescente em caráter excepcional.

A equipe da unidade procura fornecer o entorno. Mesmo aos domingos, dia da visita familiar, além da equipe de segurança e disciplina, estão sempre presentes profissionais do setor psicossocial e pedagógico e outros, para atender às necessidades das famílias e das adolescentes.

Com embasamento em Moraes (2005), ressaltamos a importância de estar sintonizado com as necessidades dos adolescentes para, se necessário, após estudo de caso, buscar *outras técnicas de cuidado*. Cria-se então uma *rede institucional* que envolve, sustenta e oferece o *holding* necessário para que a adolescente possa reexperimentar dependência, sendo atendida nas suas necessidades. Esse amparo institucional foi necessário para permitir à Lúcia o desenvolvimento da reparação e da sua capacidade de amar.

As condições ambientais suficientemente boas oferecidas envolviam todos os profissionais. Muitas vezes, era procurada no setor psicossocial por um agente de apoio técnico⁴⁶ para solicitar atendimento a uma adolescente: “desde a hora em que acordou, ela está triste, pelos cantos, chorando ...”

⁴⁶ Profissional da área da segurança e disciplina.

A retomada do processo de amadurecimento refletiu-se nos aspectos físicos da adolescente. Lúcia continuava muito magra, mas seu olhar e sua postura divergiam significativamente daquele nosso primeiro contato.

Lúcia tornou-se muito hábil com o violão, participava das apresentações externas; dava para sentir seu orgulho e autoestima re-nascendo... Seu sorriso é mais frequente. Participava dos trabalhos desenvolvidos em grupo e, espontaneamente, falava de si compartilhando sua dor familiar com as outras adolescentes.

A jovem passou a contar sua trajetória de vida e sua vivência institucional durante suas participações nos *grupos de acolhimento*, realizados com as adolescentes recém-chegadas à unidade.

Agia com envolvimento, procurando ajudar os profissionais cuidando para que o ambiente institucional fosse acolhedor para as adolescentes que iniciavam o cumprimento da medida socioeducativa, algumas cabisbaixas, desconfiadas, outras com medo, agressivas e hostis (como Lúcia chegara um dia). Lúcia valorizava esse momento, era um espaço em que podia existir, tomar consciência de si, enfim, um instante que era adorado pela menina.

Decorridos dois anos e oito meses de cumprimento da medida de privação de liberdade, após análise do processo e, mediante Relatório Técnico Conclusivo⁴⁷ elaborado pela equipe multidisciplinar (psicossocial, pedagógica, saúde e segurança), o juiz que acompanhava seu caso determinou a inserção da jovem na medida socioeducativa de Liberdade Assistida.

Durante o período em que estava prestando meus serviços profissionais nesse Internato, elaborei um projeto pensando nas adolescentes que estavam internadas há algum tempo, e o trabalho socioeducativo direcionado a elas e seus familiares estava evoluindo bem.

Assim, antes do encaminhamento desse relatório sugerindo ao juiz a medida de Liberdade Assistida, as jovens são convidadas a participarem do *Grupo de Desinternação*, que tem por objetivo ajudar as adolescentes nesse processo de *desligamento* institucional, difícil etapa do processo socioeducativo, além de acolher

⁴⁷ O Relatório Técnico Conclusivo (RTC) é encaminhado ao Departamento de Execuções da Infância e Juventude – DEIJ – em São Paulo, SP. Durante a permanência na instituição, o Poder Judiciário é informado sobre a evolução do processo socioeducativo do adolescente por meio de Relatório Técnico de Acompanhamento (RTA), encaminhado trimestralmente ou em período determinado pelo juiz.

sua angústia frente à expectativa da decisão judicial, que às vezes é demorada ou não é favorável à sua liberdade.

A atenção às famílias era reforçada nesse momento. Na unidade havia grupos de encontro, atendimentos individuais, visitas realizadas nas suas casas, sistematização dos encaminhamentos já iniciados, garantindo sua continuidade.

Para abrandar a tensão do momento em que a jovem retorna para o convívio com a família e a comunidade, o essencial é a organização e estruturação dos atendimentos aos familiares para que eles estejam *prontos* para acolher sua filha e prestar todos os cuidados necessários no seu lar.

O sucesso desse fortalecimento familiar depende da articulação entre a equipe psicossocial e a rede socioassistencial, ou seja, partindo do princípio da incompletude institucional,⁴⁸ é essencial buscar órgãos e conselhos de direitos que continuem o trabalho acompanhando, com proximidade, a família e a adolescente.

A esse respeito, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária,⁴⁹ marco nas políticas públicas do país, reconhece a família como estrutura vital, espaço ideal para o desenvolvimento do ser humano, e responsabiliza o Estado pelo desenvolvimento de programas, projetos e estratégias que priorizem o resgate dos vínculos familiares. De acordo com esse Plano (2006, p. 27):

... as “redes sociais de apoio” são uma frente importante para o trabalho, com inclusão social da família e com proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

O período de permanência no Internato com o atendimento às necessidades de compreensão possibilitou que a personalidade de Lúcia continuasse a se

⁴⁸ Cf. SINASE (2006, p. 29), capítulo 3 (“Princípios e marco legal do sistema de atendimento socioeducativo”), item 10: o princípio da *Incompletude Institucional* “é caracterizado pela utilização do máximo possível de Serviços na comunidade, responsabilizando as Políticas Setoriais no Atendimento ao Adolescente”, conforme disposto no artigo 86 do ECA.

⁴⁹ O Plano, resultado de elaboração conjunta de uma Comissão Intersetorial composta por representantes de todas as esferas de governo, da sociedade civil e organismos internacionais, foi apresentado ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Rompe com a cultura de institucionalização e fortalece o paradigma de proteção integral, tendo como diretrizes a prevenção ao rompimento dos vínculos familiares e dos serviços de acolhimento, por meio de ações articuladas com a responsabilidade do Estado e dos atores sociais.

desenvolver. A jovem, então com quase 19 anos, alcançou muito em termos de amadurecimento pessoal desenvolvendo a capacidade de usar suas experiências instintivas de forma saudável e enfrentar as dificuldades inerentes ao viver.

Mesmo no enquadramento institucional, o verdadeiro *self* sai do *esconderijo* e arrisca-se a viver no novo ambiente, mas, para fornecer as condições ambientais suficientemente boas, é preciso que os profissionais assumam a responsabilidade e o compromisso de fazer o melhor.

É evidente que a saída de uma vida bastante difícil na infância e na adolescência levou a adolescente deprivada de um “ambiente facilitador”, de um *placement* adequado, a cobrar o que sentia lhe ser devido. Essa cobrança era feita por meio de gestos antissociais. Ela possuía, entretanto, a esperança de encontrar pessoas com as quais poderia reviver as experiências satisfatórias que tivera, principalmente com a avó. E conseguiu. Essa busca, sinal de esperança como escreveu Winnicott, possibilitou, por meio dos vínculos e do atendimento às suas necessidades, o resgate do viver criativo e da saúde.

Cito Winnicott (1965c, p.80), para ressaltar a sua compreensão sobre saúde e maturidade:

A maturidade do ser humano é uma palavra que implica não somente crescimento pessoal, mas também socialização. Digamos que na saúde, que é sinônimo da maturidade, o adulto é capaz de se identificar com a sociedade sem sacrifício da espontaneidade pessoal; ou, dito de outro modo, o adulto é capaz de satisfazer suas necessidades pessoais sem ser antissocial, e, na verdade, sem falhar em assumir alguma responsabilidade pela manutenção ou pela modificação da sociedade em que se encontra. Encontramos certas condições sociais, e isso é um legado que temos que aceitar, e, se necessário, alterar; e é isso que, eventualmente, passaremos adiante àqueles que se seguirem a nós.

É importante ressaltarmos que, após o período de regressão e rebeldia de Lúcia, comportamentos entendidos por Winnicott como um sinal de esperança, a adolescente tornou-se capaz de suportar a ambivalência interna – amor e ódio em relação a um mesmo objeto –, o que, para o psicanalista, diz respeito “à relação entre construção e destruição [...]. Tudo soa muito simples e óbvio. Aparecem ideias de destruir um objeto, e surge um sentimento de culpa, resultando então num trabalho construtivo” (1960, p. 69-70).

Entretanto, essa aquisição só foi possível quando a adolescente alcançou a conquista do concernimento (*concern*), etapa do seu desenvolvimento emocional que possibilitou à adolescente a expressão de sentimentos de culpa, tristeza, envolvimento e responsabilidade, enfim, a conquista da capacidade de ser concernida.

Para a compreensão das mudanças no desenvolvimento emocional de Lúcia, citamos o que Moraes diz a esse respeito (2005, p. 186-87):

O estágio do concernimento, portanto, trata do desenvolvimento futuro da criança, isto é, do momento em que ela inicia o contato com o mundo externo, quando passa a fazer parte desse mundo em vez de continuar a viver num mundo protegido, subjetivo, criado pela possibilidade de a mãe ser continente com suas necessidades. À luz da teoria do amadurecimento pessoal, deve ser considerado um estágio intermediário entre o bebê cuidado por uma mãe que se adapta às necessidades do ego e a criança que já anda e possui vida instintiva dentro das relações interpessoais. A experiência desse estágio propicia à criança a possibilidade de vir a tornar-se parte do mundo, de relacionar-se com o mundo e de contribuir para com ele, advindo daí a importância da conquista do concernimento. A conquista dessa capacidade traduz-se pela passagem de um estado de incompadecimento inicial para um estado de ser compadecido, concernido (preocupado) e responsável pelas consequências do que sente, pensa e faz.

Winnicott aborda a situação em que a mãe tem dificuldades em suprir a criança, num estágio em que essa já pode compreender que essa falha veio do meio ambiente, dando início, nesse estágio, denominado por ele como estágio da *dependência relativa*, à tendência antissocial, que pode mais tarde transformar-se em atos. Temos em mãos uma teoria singular e inovadora que ofereceu condições ao atendimento individualizado e humano a essa adolescente.

Acreditamos que os resultados alcançados no caso de Lúcia têm estreita relação com a teoria do amadurecimento de Winnicott. O oferecimento de um meio ambiente acolhedor e estável, bem como a rigorosa capacitação dos profissionais que compõem a equipe da unidade, serão valiosos para a real mudança de paradigma atendendo todas as legislações, diretrizes e orientações dispostas para o atendimento socioeducativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível pensar que, mediante os cuidados oferecidos pelo ambiente institucional facilitador e a *sobrevivência* dos profissionais que integram a equipe que acompanha o dia a dia dos adolescentes da Fundação, os jovens, privados de liberdade, tenham a oportunidade de elaborar os conteúdos de seu mundo pessoal. Esse processo lança luz sobre o funcionamento do mundo interno em geral, e sobre o relacionamento que o adolescente mantém com o mesmo.

Considero que a sustentação teórica de Winnicott possibilita a elaboração de um atendimento socioeducativo, e que o caso clínico apresentado nesta pesquisa corrobora essa afirmação. Embora, à época do trabalho com a adolescente, eu não conhecesse em profundidade as bases de sustentação da teoria do amadurecimento emocional, encontrei, na obra winnicottiana, similaridade com a atenção que a adolescente recebeu durante o período da sua privação de liberdade.

Tal compreensão clareou alguns questionamentos que trazia em meu íntimo: vários atendimentos socioeducativos obtinham sucesso, mas a informalidade predominava no desenvolvimento do processo e nas ações dos profissionais da unidade.

Quando me deparei com a possibilidade da sistematização de um atendimento socioeducativo de cunho winnicottiano, tendo em vista sua proximidade com a legislação e atuais orientações dispostas no SINASE, foi reforçada minha crença no trabalho com os adolescentes.

Não foi fácil lidar com o sofrimento e as inúmeras frustrações, e, ao mesmo tempo, tentar manter a presença fundamental para que a adolescente pudesse descobrir e reconhecer em si mesma o significado emocional dos valores, da moral e da ética. A responsabilidade ética daquele que atua com os adolescentes, o socioeducador, põe-lhe o dever de se preparar e capacitar, continuamente, como também de ter acesso a supervisões técnicas.

Entendo que, apesar de todas as dificuldades, é possível que uma instituição executora de medida socioeducativa ofereça esperança ao adolescente desesperançado e estimule sua espontaneidade e sua criatividade. Winnicott possibilitou um entendimento do “fazer socioeducativo” alicerçado no

desenvolvimento humano e não meramente na “aprendizagem” que proporciona ao jovem uma adaptabilidade que leva ao estabelecimento de um “falso si-mesmo”.

Ribeiro (2004, p. 12), ao se referir ao pensamento de Winnicott, ressalta um aspecto fundamental quando o foco é o atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional:

O que o autor considera “socialização” não pode ser reduzido, na sua teoria, a uma mera aprendizagem de regras sociais, mas entendido como a aquisição da possibilidade de uma relação de responsabilidade com o outro, uma capacidade de tolerar ideias e conflitos inerentes à vida, à administração dos instintos, e de poder assumir um compromisso pessoal com os impulsos. Tais tarefas pertencem ao amadurecimento pessoal de cada um e dependem do ambiente [...] para sustentar tal amadurecimento.

A implementação do SINASE tem como premissa a articulação da família, dos diferentes segmentos da sociedade que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) em uma corresponsabilização pela garantia integral dos direitos do adolescente.

Isso vem ao encontro do pensamento de Winnicott, de que a família fornece a oportunidade do indivíduo regredir, nos momentos em que isso se fizer necessário, como também “de ir pertencendo a círculos cada vez mais amplos, como os agrupamentos políticos, religiosos e sociais” (RIBEIRO, 2004, p. 136).

O modelo de atendimento socioeducativo baseado na teoria de Winnicott possibilita ao jovem o resgate do seu processo de amadurecimento emocional num trabalho conjunto com a família e a comunidade, que exercem papéis importantes nos cuidados aos adolescentes, os quais, na maioria, estão em situação de risco e com dificuldades pessoais.

Durante o afastamento parcial do adolescente de sua família e comunidade, no período em que se encontra privado de liberdade, o autocontrole deve ser “desenvolvido paulatinamente, assentado em bases com forte segurança emocional, a partir de um ambiente colaborador ...” (ib., p. 136).

Para tanto, é fundamental o papel que o profissional deve assumir como também as características da sua personalidade. Não bastam os conhecimentos teóricos, faz-se necessário por parte do socioeducador ter no cotidiano uma atitude

ética, solidária, tolerante e paciente, enfim, capacidade de acolhimento. Como escreve Ribeiro (2004, p. 179):

A psicanálise, inclusive, não me parece uma técnica para ser usada em escolas, embora possa inspirar ações do psicólogo e até ser disponibilizada aos docentes, na medida em que for realmente útil ao seu trabalho. Entretanto, não é possível instrumentalizar o professor com quaisquer teorias ou procedimentos de ensino, se estes forem apartados de uma discussão mais ampla ...

Concordo com a autora, mas traço um paralelo entre o professor por ela mencionado e o profissional que trabalha em uma instituição executora de medida socioeducativa. Como já foi dito acima, o socioeducador precisa da clareza da teoria na qual o trabalho está sedimentado (no caso, a teoria do amadurecimento de Winnicott), mas precisa ir além, compreender as leis que norteiam sua ação e apropriar-se das diretrizes nacionais e estaduais que orientam o atendimento socioeducativo. Munidos disso, os profissionais, mais seguros do seu papel, realizam reflexões acerca das novas condições de trabalho, pondo em prática ações mais assertivas e humanas na atenção ao adolescente e aos familiares.

É importante ainda para o profissional que está direta ou indiretamente ligado ao atendimento ao adolescente, ao tratamento da tendência antissocial, ter clareza sobre o fato de que a atenção prestada não é propriamente um *tratamento psicanalítico* “mas o manejo, o ir ao encontro do momento de esperança e corresponder-lhe” (WINNICOTT, 2000 [1956], p. 409). A estabilidade do ambiente institucional é fundamental nesse processo.

Acredito, com base na história de Lúcia, apresentada no Capítulo V desta dissertação, que a prática da atenção socioeducativa pautada no pensamento de Winnicott humaniza o olhar social para o adolescente infrator, além de compreender que, para possibilitar o *SER no mundo* do adolescente, é preciso o envolvimento de todos os atores sociais – familiares, comunidade, operadores da rede socioassistencial, entre outros, sem se descuidar da responsabilização do jovem autor do ato ilícito.

Com base na minha prática profissional, nos estudos teóricos realizados, nas observações do dia a dia na Unidade, nas análises aprofundadas dos casos e nos atendimentos psicológicos, individuais e grupais, às adolescentes e suas famílias, considero-me em condições de afirmar que a retomada do desenvolvimento emocional não pode ser alcançada por todas as adolescentes. Percebi a necessidade de um eu razoavelmente integrado e um ambiente que suporte e facilite o processo de desenvolvimento pessoal da jovem para que ela alcance a capacidade de ser e viver criativamente. Minha experiência profissional diz que os resultados alcançados são diferentes, e que o profissional tem que estar preparado para realizar um bom diagnóstico logo na entrada do adolescente na unidade.

Nesse sentido, diz Winnicott (1999 [1970], p. 111):

... precisamos considerar questões mais complexas de estrutura da personalidade. Por exemplo: um sinal de saúde mental é a capacidade que um indivíduo tem para penetrar, através da imaginação, e ainda assim de modo preciso, nos pensamentos, nos sentimentos e nas esperanças de outra pessoa, e também de permitir que outra pessoa faça o mesmo com ele.

Nesse trabalho, foquei a atenção no primeiro caso, muito embora o atendimento socioeducativo baseado na teoria de Winnicott possa ser extensivo às duas estruturas de personalidade. Um estudo mais aprofundado pode ser realizado em outra pesquisa, dada a extensão e relevância do tema.

A atenção diferenciada, com afirmação de valores humanos e éticos, oferecida ao adolescente deve ser extensiva à família, a fim de que esta possa sustentar a situação e garantir os cuidados necessários, fornecendo um ambiente estável e previsível. As experiências difíceis que o adolescente venha a enfrentar serão suportadas, se ele puder contar com as bases de sustentação que o seu lar oferecer, permitindo que ele estabilize o seu mundo interno.

A Teoria do Amadurecimento Pessoal de D. W. Winnicott traz, em seu escopo, importantes contribuições e abre um caminho consistente para a futura elaboração de um modelo de atendimento socioeducativo sistematizado que atenda às necessidades do jovem infrator tão despossuído, nos dias atuais, das políticas sociais nas áreas de educação, habitação, emprego e saúde.

Espero que esta pesquisa ofereça subsídios para a redefinição de procedimentos que indiquem alternativas, mais favoráveis, para o atendimento socioeducativo no contexto brasileiro. É evidente a relevância social da atenção aos jovens em conflito com a lei na contemporaneidade. Por isso, é necessário o envolvimento da academia bem como a responsabilização da família, da sociedade e do Estado, por meio de políticas públicas que, efetivamente, empreendam ações amplas que garantam os direitos dos adolescentes e das famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Waldir Ferreira de. A história da construção do Estatuto da Criança e do Adolescente e a política de atendimento: reflexões para o debate. Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa-CUBT/UFPA. Centro de Pesquisa e Extensão do Campus de Abaetetuba, PA. Disponível em: <http://www.ufpa.br/nupe/artigo11.htm>. Acessado em 16/12/2009.

BENTES, Ana L. Seabra. *Tudo começa como dantes no Quartel d'Abrantes: estudo das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública.

BRASIL. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. *Código de Menores*.

BRASIL. Lei federal de 5 de outubro de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Brasília, julho de 2006.

BRASIL. Lei federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 1990.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. Brasília: Conanda, 2006.

CASA EM REVISTA: Juventude e atualidade. São Paulo: Fundação CASA, v. I, n. I, 2009.

CATAFESTA, Ivonise F. M. (Org.). *D. W. Winnicott na Universidade de São Paulo: O verdadeiro e o falso*. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1996. p. 21-45.

COSTA, Antonio C. Gomes da (Coord.). *Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. Brasília: 2006.

CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: Comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros, 2006.

DAVIS, M.; WALLBRIDGE, D. *Limite e espaço*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Viver em sociedade: direito à vida. In: *Jovens lideranças comunitárias e direitos humanos*. Centro de Direitos Humanos, Imprensa Oficial, São Paulo, p. 13-18, 2004

Del PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DIAS, Elsa Oliveira. A trajetória intelectual de Winnicott. –Revista Internacional de Filosofia e Práticas Psicoterápicas/Grupo de Pesquisa em Filosofia e Práticas Psicoterápicas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC/SP, *Natureza Humana*, São Paulo, v. IV, n. 1, p. 111-156, 2002.

_____. *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

_____. *A teoria winnicottiana do amadurecimento como guia da prática clínica*. *Natureza Humana*, Vol. 10 n. 1, p. 29-46, 2008.

FERREIRA, Marcela Casacio; AIELLO-VAISBERG, Tânia M. J. *O pai suficientemente bom: algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana*. *Mudanças*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 136-142, jul./dez. 2006.

GANDINE Jr., Antonio. *Breve considerações sobre o atendimento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aos adolescentes infratores no Estado de São Paulo*. *Revista Fafibe On-Line* – n. 3, agosto de 2007. Faculdades Integradas Fafibe, Bebedouro/SP.

GARCIA, Roseana Moraes. *A tendência anti-social em D. W. Winnicott*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – PUC-SP, 2004.

GUARÁ, Isa M. F. da Rosa. *O crime não compensa mas não admite falhas: padrões morais de jovens autores de infração*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC-SP, 2000.

KHAN, M. Masud R. Introdução. In: WINNICOTT, D. W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Trad. David L. Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

KUNH, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LEVISKY, David L. (Org.). *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

LINS, Maria Ivone Accioly. *Consultas Terapêuticas: Uma prática clínica de D. W. Winnicott*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

LOPARIC, Zeljko. *Winnicott e o pensamento pós-metafísico*. Psicologia-USP, v. 6, n. 2, 1995.

_____. O animal humano. *Natureza Humana*, São Paulo, v. II, n. 2, p. 351-397, 2000.

_____. Elementos da teoria winnicottiana da sexualidade: A raiz instintual da sexualidade. *Winnicott reescrevendo Freud*. VI Colóquio Winnicott: PUC-SP, 2002.

_____. De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática. *Natureza Humana*, São Paulo, v. VIII, n. esp. 1, p. 21-47, 2006.

MARCÍLIO, Maria L. *O jovem infrator e a Febem de São Paulo: história e atualidade*. In: LEVISKY, David L. (Org.). *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 175-85.

MESQUITA Neto, Paulo de. A proteção dos direitos da criança: uma história da justiça juvenil. Palestra proferida no Painel Sistema de Garantia de Direitos e Sinase do Seminário Juventude e Atualidade, dez. 2007. *Casa em Revista: Juventude e Atualidade*, São Paulo, v. I, n. 1, p. 16-21, 2009.

MINERBO, Marion. Reality game: violência contemporânea e desnaturação da linguagem. *Revista IDE* (Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo), v. 44, 2007.

MORAES, Ariadne. A. R. E. *A contribuição winnicottiana para a Teoria e Clínica da Depressão*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – PUC-SP, 2005.

MORIN, Edgar. Política de civilização, política da humanidade. Conferência de abertura do VI Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos: nenhuma forma de violência vale a pena. *Jornal do Conselho Federal de Psicologia – Ano XXI*, Brasília/DF, n. 94, p. 12 – setembro, 2009.

OUTEIRAL, José O. *O adolescer: estudos sobre adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PAULA, Liana de. *A família e as medidas socioeducativas: a inserção da família na socioeducação dos adolescentes autores de ato infracional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – USP-SP, 2004.

PARENTE, S. M. B. A criação da externalidade do mundo. In: *Memória da Psicanálise: Winnicott: Os sentidos da realidade*, São Paulo, n. esp. 5, 2006.

PERES, Maria F. Tourinho. *Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002*. São Paulo: NEV/USP, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Declaração Universal de Direitos Humanos e Pactos e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. In: *Jovens lideranças comunitárias e direitos humanos*. Centro de Direitos Humanos, Imprensa Oficial, São Paulo, p. 27-35, 2004

RIBEIRO, Maria J. *O ensinar e o aprender em Winnicott: a teoria do amadurecimento emocional e suas contribuições à psicologia escolar*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – PUC-SP, 2004.

ROCCO, Cláudia. *Um estudo psicanalítico do momento depressivo da adolescente privada de liberdade*. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica) – COGEAE/PUC-SP, 2004.

SAFRA, Gilberto. Placement: modelo clínico para o acompanhamento terapêutico. *Psychê*, São Paulo, v. X, n. 18, p. 13-20, 2006.

SANTOS, Marco A. Criança e criminalidade no início do século. In: Del PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Magda R. G. Ferreira dos. *O pátrio poder ou poder familiar: a relação entre os pais e os filhos do ponto de vista legal*. Disponível em: <http://www.clubedobebe.com.br/Palavra%20dos%20Especialistas/df-12-04.htm>. Acessado em 16/12/2009.

SÃO PAULO. Fundação CASA. Portaria Administrativa n. 207/2006. *Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo*, 2006.

SHEPPHERD, Ray & JOHNS, Jennifer & ROBINSON, Helen Taylor (Orgs.). *D. W. Winnicott: Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SOUZA, Etelma Tavares. *Panorama histórico a partir do Código Mello Matos*. Disponível em: http://www.defensoria.org.br/langs/arquivos_multimedia/102.pdf. Acessado em: 16/12/2009.

VILETE, Edna P. Esperança e tendência anti-social na clínica. *Natureza Humana*, São Paulo, v. 7, n. 2, 2005.

VOLPI, Mário (Org.). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez, 1997.

WINNICOTT, Clare [1967]. Introdução. In: WINNICOTT, D.W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____, SHEPHERD, Ray & DAVIS, Madeleine (Orgs.). *Explorações Psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

WINNICOTT, Donald Woods. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Trad. Davy Bogomoleletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. *Natureza Humana*. Trad. Davy Bogomoleletz. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

_____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.